

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LIV

FLORIANÓPOLIS, 17 DE NOVEMBRO DE 2005

NÚMERO 5.509

15ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia
PRESIDENTE
Herneus de Nadal
1º VICE-PRESIDENTE
Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE
Lício Mauro da Silveira
1º SECRETÁRIO
Pedro Baldissera
2º SECRETÁRIO
Valmir Comin
3º SECRETÁRIO
José Paulo Serafim
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Celestino Secco

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

Líder: Manoel Mota

**PARTIDO DA FRENTE
LIBERAL**

Líder: Antônio Ceron

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Paulo Eccel

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Líder: Clésio Salvaro

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO LIBERAL

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Altair Guidi

**PARTIDO SOCIALISMO E
LIBERDADE**

Líder: Afrânio Boppré

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**

Líder: Nilson Nelson Machado

**PARTIDO SOCIALISTA
BRASILEIRO**

Líder: Sérgio Godinho

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO
E JUSTIÇA**

Jorginho Mello – Presidente
Celestino Secco - Vice Presidente
Onofre Santo Agostini
Sérgio Godinho
Romildo Titon
Joares Ponticelli
Vânio dos Santos
Paulo Eccel
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Rogério Mendonça – Presidente
Reno Caramori - Vice Presidente
Wilson Vieira – Dentinho
Narcizo Parisotto
Nelson Goetten
Jorginho Mello
Vânio dos Santos
Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

Francisco de Assis – Presidente
Celestino Secco – Vice Presidente
José Carlos Vieira
Dionei Walter da Silva
Francisco Küster
Gelson Sorgato
Narcizo Parisotto
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA,
E POLÍTICA RURAL**

Reno Caramori – Presidente
Dionei Walter da Silva - Vice Presidente
Gelson Sorgato
Ana Paula Lima
Narcizo Parisotto
Francisco Küster
Gelson Merisio
Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO,
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO
PÚBLICO**

Vânio dos Santos – Presidente
Antônio Carlos Vieira - Vice Presidente
Sérgio Godinho
José Carlos Vieira
Paulo Eccel
Francisco Küster
João Henrique Blasi
Terças-feiras, às 10:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E
TRIBUTAÇÃO**

Wilson Vieira – Dentinho – Presidente
Gelson Merisio - Vice Presidente
Antônio Ceron
Antônio Carlos Vieira
Dionei Walter da Silva
Rogério Mendonça
Manoel Mota
Francisco Küster
Odete de Jesus
Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA
PÚBLICA**

Dionei Walter da Silva – Presidente
Onofre Santo Agostini - Vice Presidente
Wilson Vieira – Dentinho
Manoel Mota
Jorginho Mello
Sérgio Godinho
Antônio Carlos Vieira
Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA,
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
MINAS E ENERGIA**

Gelson Merisio – Presidente
Paulo Eccel – Vice Presidente
Joares Ponticelli
Genésio Goulart
Vânio dos Santos
Jorginho Mello
Sérgio Godinho
Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E
MEIO AMBIENTE**

Sérgio Godinho – Presidente
Ana Paula Lima – Vice Presidente
Jorginho Mello
Nelson Goetten
Francisco de Assis
Reno Caramori
Simone Schramm
Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Onofre Santo Agostini – Presidente
Joares Ponticelli - Vice Presidente
Clésio Salvaro
Odete de Jesus
Genésio Goulart
Ana Paula Lima
Dionei Walter da Silva
Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E
GARANTIAS FUNDAMENTAIS,
DE AMPARO À FAMÍLIA E À
MULHER**

Ana Paula Lima – Presidente
Odete de Jesus – Vice Presidente
Francisco Küster
Cesar Souza
Simone Schramm
Reno Caramori
Francisco de Assis
Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO,
CULTURA E DESPORTO**

Romildo Titon – Presidente
Ana Paula Lima Vice Presidente
Paulo Eccel
Antônio Ceron
Celestino Secco
Odete de Jesus
Simone Schramm
Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO
MERCOSUL**

Antônio Carlos Vieira – Presidente
Francisco de Assis - Vice Presidente
Gelson Merisio
Romildo Titon
Vânio dos Santos
Clésio Salvaro
Narcizo Parisotto
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E
DECORO PARLAMENTAR**

Clésio Salvaro – Presidente
Francisco de Assis– Vice Presidente
Celestino Secco
Antônio Ceron
Wilson Vieira – Dentinho
Cesar Souza
Joares Ponticelli
Narcizo Parisotto
João Henrique Blasi
Terças-Feiras, às 18:00 horas

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou revisão dos Atos da Mesa Diretora e Publicações Diversas, diagramação, editoração, montagem e distribuição.
Diretor: Eder de Quadra Salgado

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão das Atas das Sessões.
Diretora: Lenita Wendhausen Cavallazzi

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.
Diretor: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1734
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 087ª Sessão Ordinária da 15ª realizada em 10/11/2005.....2

Atos da Mesa

Atos da Mesa15
Resolução15

Publicações Diversas

Lei15
Ofício.....16
Portarias16
Projetos de Lei.....18

PLENÁRIO

ATA DA 087ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2005 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Afrânio Boppré - Ana Paula Lima - Antônio Carlos Vieira - Antônio Ceron - Celestino Secco - Dionei Walter da Silva - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - Julio Garcia - Lício Silveira - Manoel Mota - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Nilson Machado - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Paulo Eccel - Pedro Baldissera - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Wilson Vieira.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADO ANTÔNIO CERON (pela ordem) - Pede informações sobre a audiência pública que será realizada na cidade de Lages.

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (pela ordem) - Manifesta-se sobre o grande número de audiências públicas que estão sendo realizadas.

DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Reporta-se à importância das audiências públicas e ao perigo de banalização das mesmas; aborda a sessão solene em comemoração aos 50 anos de existência do Tribunal de Contas; fala da necessidade de uma nova constituinte; coloca sua posição contrária à reeleição para cargos do Executivo; coloca-se a favor do sistema parlamentarista de governo.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Aborda coluna do colunista Moacir Pereira sobre a Estação Ecológica da Mata Preta e o Parque Nacional da Araucária.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Crítica reportagem do Diário Catarinense sobre a Celesc; refere-se ao substitutivo global ao projeto da Celesc; aborda a falta de transparência nas ações do governo do estado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI (aparte) - Fala sobre o substitutivo global ao projeto que trata da Celesc.

DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Refere-se à lei orçamentária do estado para o ano que vem.

Partidos Políticos

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Aborda o Projeto de Lei nº 0242, sobre a Celesc.

DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER (aparte) - Refere-se ao Projeto de Lei nº 0242, sobre a Celesc.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Lê artigo do jornal ANotícia sobre manifestações dos eletricitários na Assembleia Legislativa.

DEPUTADO MANOEL MOTA (aparte) - Registra a presença do prefeito de Morro Grande; crítica a atitude dos manifestantes da Celesc.

DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Aborda o Projeto de Lei nº 0242, a respeito da Celesc.

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ (aparte) - Defende o direito de manifestação dos eletricitários.

DEPUTADO WILSON VIEIRA - Aborda o Projeto de Lei nº 0242, sobre a Celesc; defende o direito de manifestação dos movimentos sociais.

DEPUTADO PAULO ECCEL (aparte) - Informa sobre o encontro estadual do PT e a reunião do diretório estadual, em Itajaí.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (aparte) - Refere-se ao número de policiais mandados para a Assembleia quando da votação do projeto da Celesc.

DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER (aparte) - Fala sobre a explanação feita por um manifestante.

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ (aparte) - Defende o direito de manifestação dos movimentos sociais.

DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Aborda o Projeto de Lei nº 0242, sobre a Celesc.

DEPUTADO WILSON VIEIRA (aparte) - Refere-se a várias realizações do governo Lula.

Ordem do Dia

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ (pela ordem) - Registra a presença do presidente do Partido Socialista Liberdade, Hilário Cherne.

Explicação Pessoal

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI (pela ordem) - Registra a presença do vereador Preto Vieira, de Itapema.

DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Refere-se à Assembléia Nacional Popular, que reuniu militantes dos movimentos sociais em Brasília; aborda a greve dos estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Registra a presença do vereador do PT Altino Pedron e assessores.

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Reporta-se à duplicação da BR-470.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (aparte) - Fala da necessidade de duplicação da BR-470.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Aborda a duplicação da BR-101; fala da falta de segurança na Grande Florianópolis; refere-se à situação da Escola de Educação Básica Noé Abat, da cidade de Tubarão.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Fala da diferença salarial que existe entre homens e mulheres; aborda a chanceler da Alemanha e a reunião em São Paulo das mulheres petistas de 22 estados; refere-se à audiência pública com o secretário Ronaldo Benedet, o delegado regional de Camboriú e o comissário de Itapema, sobre o atentado em Itapema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O Sr. Deputado Antônio Ceron - Sr. presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Antônio Ceron.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CERON - Sr. presidente, eu fui informado, na tarde de ontem, que haverá, na próxima quarta-feira, uma sessão pública no município de Lages. Eu não tenho o horário preciso, mas me parece que será na parte da manhã. Naquele mesmo horário teremos aqui a reunião da comissão de Finanças. Eu sou de Lages, sou membro da comissão de Finanças e tenho assuntos muito importantes para tratar naquela comissão.

Então levanto esta questão de ordem para ver se está confirmado o horário da audiência pública e para saber qual o critério que a casa utiliza para marcar uma audiência pública no mesmo horário, dia normal de sessão e de reuniões das comissões.

Eu penso até que estou equivocado, torço para que esteja e que não haja esta audiência pública. E se houver, quais as condições que temos para suspender lá ou aqui? Não há condições de termos as duas ações no mesmo dia e no mesmo horário, com os mesmos parlamentares sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A presidência determinará a verificação dos horários da realização dos eventos e informará a v.exa. O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Na mesma estreira do deputado Antônio Ceron, quero fazer uma reclamação: essas audiências públicas, embora v.exa. não tenha culpa, porque são as comissões que marcam, estão sendo demais, deputado, não dando mais tempo para nada! É audiência

pública para tratar de assunto que não tem nada a ver, é audiência pública sobre o problema da madeira, é audiência pública aqui, audiência pública ali! Assim não dá, deputado! Depois o povo da região fica cobrando dos deputados, dizendo: "Deputado, o senhor não foi na audiência pública?" E não estamos podendo comparecer porque temos sessão plenária, reunião de comissões...

Quero fazer um apelo a v.exa. para que se mude o critério para a realização dessas audiências públicas, porque senão tornar-se-á difícil para a ação parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o primeiro orador inscrito em Breves Comunicações, deputado Francisco Küster, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados e conterrâneos que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Aleisc, quero, bem rapidamente, fazer coro com algumas colocações feitas pelos deputados Antônio Ceron e Onofre Santo Agostini.

Sr. presidente, está havendo um risco muito grande da banalização de uma das coisas mais importantes, que é o instituto da audiência pública, a ouvida da opinião do público, o envolvimento no questionamento e nos debates em torno de temas importantes, de relevância.

Senão vejamos: ontem nós assinamos um pedido do nosso esforçado colega, deputado Dentinho, para que o horário de Explicação Pessoal fosse transformado numa audiência pública.

Pasme, sr. presidente, o esforçado deputado Dentinho ficou presidindo e o deputado João Henrique Blasi e eu ficamos ouvindo os impropérios de um desqualificado, de um bobalhão que veio à tribuna, xingou o deputado Dentinho e foi embora. Havia apenas meia dúzia de pessoas. Daí olhei para o deputado João Henrique Blasi e disse-lhe: "Deputado, ainda bem que nós não temos nada a ver com isso." Mas levamos por tabela aquelas xingações. Fiquei com pena do deputado Dentinho. O que aconteceu, ontem, foi digno de um espetáculo circense de baixo nível!

Penso que temos que encarar com mais responsabilidade alguns procedimentos chamados de audiência pública, para não sepultarmos uma ferramenta da democracia, que é a audiência pública. Creio que estamos, perigosamente, dando uma contribuição no campo da banalização e até da irresponsabilidade.

E o que é mais grave: não se pode marcar audiência pública - e esse é um juízo de valor sob minha inteira responsabilidade - no momento em que estiver acontecendo uma sessão plenária normal aqui nesta Casa. Marcam uma audiência pública, necessitando o deslocamento de deputados e até, talvez, criando um constrangimento, porque se o deputado não estiver presente lá na audiência pública poderá ser considerado um relapso. Se não estiver aqui na Assembléia, de igual forma a recíproca é verdadeira, sr. presidente!

Nós precisamos nos preocupar com esta questão e, sob o comando de v.exa., que com muita competência conduz esta Casa, ir conversar com os líderes para pôr um pouco mais de ordem nisso que, daqui a pouco, poderá virar desordem.

É esta a minha contribuição a respeito da intervenção feita pelos deputados conterrâneos Onofre Santo Agostini e Antônio Ceron.

Ato contínuo, sr. presidente, ontem sob o comando de v.exa., tivemos uma sessão solene muito importante para comemorar os 50 anos de existência do Tribunal de Contas do Estado.

Às vezes ficamos aborrecidos. Eu já tenho ficado aborrecido com algumas impertinências do Tribunal de Contas, deputado Dionei Walter da Silva. Mas se ele não existisse, o que seria, com essa voracidade insaciável de alguns maus gestores da coisa pública... Já imaginaram se não existisse o Tribunal de Contas?!

Foi uma sessão muito bonita e o discurso do professor deputado Celestino Secco foi uma aula, bem como os discursos que se sucederam: do deputado Jorginho Mello e de v.exa., sr. presidente.

Quero também fazer o registro de uma homenagem que recebeu o competente conselheiro e ex-deputado estadual, Salomão Ribas Júnior, presidente do Instituto Rui Barbosa, que é uma figura extraordinária e de grande saber.

Faço este registro, sr. presidente, mesmo às vezes eu tendo me incomodado com o Tribunal de Contas de Santa Catarina. Mas reconheço a sua relevância, a importância do serviço e a missão que cumpre, com muita competência.

Sr. presidente, eu tinha me preparado para tratar de um assunto, mas mudei de idéia na última hora por ter sido instado a falar como primeiro orador. Ficou um espaço para três oradores e eles me jogaram para falar como o primeiro, deputado Reno Caramori. Então, hoje, vou falar de política.

Penso, sr. presidente e srs. deputados, que é chegada a hora de começarmos a debater nos parlamentos em todos os estados e, principalmente, no Congresso Nacional, com a sociedade, OAB, ABI e por aí fora, a necessidade de uma nova Constituinte. Mas desta feita uma Constituinte exclusiva, para que ela não tenha, no seu arcabouço, as armadilhas dos casuismos, porque se for uma Constituinte congressual, a exemplo da passada, alguns casuismos serão injetados na nova Constituição.

Terá de ser uma Constituinte exclusiva para fazer uma nova Constituição agora num estado de direito democrático, com condições plenas para se realizar um bom trabalho. E esses constituintes, eleitos apenas para fazer a Constituição, deverão ficar num estágio de quarentena por quatro anos, sem poder disputar uma eleição parlamentar em qualquer nível, para que não possam imaginar: "Bom, ajudei a fazer a Constituição, mas devo voltar amanhã ou depois", e para que ela possa ser uma obra-prima duradoura, possa ser um ordenamento jurídico que permita a consolidação da democracia, que é um projeto ainda em construção em nosso país.

Isto, sr. presidente, precisa ser discutido pela OAB, que, às vezes, faz cara feia quando se fala numa nova Constituinte. Não será para romper com o estado de direito democrático! Muito pelo contrário, será para consolidá-lo, para fazer, desta feita, uma Constituinte exclusiva. Isto será extremamente salutar!

E supletivamente, sr. presidente, quero tratar do fim da reeleição para cargos executivos. Eu penso que não faz bem para a cultura do povo brasileiro o instituto da reeleição de prefeito, governador e presidente da república. Creio que isto não está dando muito certo.

Só que tratar com extrema responsabilidade que os eleitos em 2010 não poderão mais disputar a reeleição... Vejam bem, os eleitos em 2010, porque os prefeitos atuais se elegeram sob este ordenamento jurídico que lhes permite a expectativa de uma reeleição, os governadores de igual forma e o sucessor do presidente da república também.

Então, que a última reeleição ocorra em 2010 para cargos do Executivo - prefeitos, governadores e presidente da república -, porque creio que não caiu bem o instituto da reeleição.

Muitas coisas têm acontecido que desabonam a conduta dos gestores da coisa pública, eleitos pelo povo, diante da expectativa de uma reeleição. Eu acho que é hora de começarmos a discutir isso. Estamos dando o pontapé inicial para a partir de 2010, vejam bem, para não parecer um discurso meigo golpista nas pretensões legítimas de quem se elegeu com a expectativa de uma reeleição.

Eu sou um parlamentarista convicto. É chegada a hora de discutir a implantação de um sistema parlamentar de governo. O presidencialismo é um laboratório de crises porque se por um lado se apresenta o todo poderoso presidente da República, por outro, é extremamente vulnerável, pois numa realidade de pluripartidarismo em que vivemos não existe como um presidente da República se eleger com a maioria garantida. Como inexistente o instituto da fidelidade partidária ele pode construir uma coligação que lhe permita a eleição, que lhe assegure a maioria no Parlamento, mas essa maioria pode vaziar como um punhado de areia.

No sistema parlamentar de governo o presidente assume a posição de chefe da nação, de magistrado maior, de chefe de estado. E o governo se compõe no parlamento. Construiu a maioria sólida, responsável, formase o governo; não construiu, espera para formar o governo. Isso acaba com as negociações, com a compra de deputados, com essas coisas absurdas que acontecem no Parlamento brasileiro, como o que aconteceu em Brasília, lamentavelmente, com a aliança equivocada, deputado Dionei Walter da Silva, com alguns partidos...

(O deputado Dionei Walter da Silva fala fora do microfone.)

Mas a postura ética, aqui não tem parâmetros! A postura ética dos nossos parlamentares aqui não tem parâmetro! Olha, querer igualar, traçar um paralelo com os nossos parlamentares catarinenses, que estão muito acima da média nacional... Lá o PT chamou para dar sustentação ao governo conhecidos mafiosos; mafiosos juramentados! E aí deu na lambança que deu. E isso é da essência do sistema presidencialista de governo. Eu não culpo o presidente Lula e nem culpo o PT! Essa situação é da realidade do presidencialismo.

Por isso eu defendo o sistema parlamentar de governo; ele ensaja mais responsabilidade. Se o parlamentar não trabalhar é dissolvido o parlamento e o parlamentar vai prestar conta do seu trabalho, do que fez ou deixou de fazer. É por isso que precisamos desencadear um debate a respeito dessas necessidades para a democracia brasileira.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, srs. deputados, lendo a notícia na coluna do eminente jornalista Moacir Pereira, surpreendeu-me a declaração.

(Passa a ler)

"Processo

O procurador-geral do estado, Imar Rocha, reuniu-se com o prefeito de Abelardo Luz, Nerci Santin, deputado Gelson Sorgato e o procurador Leandro Zanini. Em pauta, a ação civil pública a ser movida no Supremo Tribunal Federal contra o governo da União. Objetivo:

anular ato do presidente que criou a Estação Ecológica da Mata Preta e o Parque Nacional da Araucária.

Prejuízos

Os prefeitos da região estão avalizando decisão do governador Luiz Henrique de tentar o cancelamento judicial do ato presidencial. Alegam que advirão prejuízos sociais e econômicos incalculáveis. Imar Rocha afirma que no entorno de 10 Km estará vedada qualquer construção ou atividade econômica. Isso representa 4% do território catarinense."[sic]

Sou obrigado a fazer aqui as observações e as correções, deputado Antônio Carlos Vieira. O nosso procurador, meu conterrâneo Imar Rocha, deve estar muito mal informado porque no dia 19 de outubro de 2005 foi editado um novo decreto do presidente da República. Também foi republicado por ter saído com incorreção no Diário Oficial da União do dia 20 de outubro.

Vou ler o § 5º do art. 2º do decreto.
(Passa a ler)

"§ 5º O limite da zona de amortecimento do Parque Nacional das Araucárias é de quinhentos metros em projeção horizontal, a partir do seu perímetro."

Portanto, já é matéria publicada e comentada, mas o procurador ainda está nos dez quilômetros. Vamos encurtar distância! Vamos pelo menos falar a verdade à imprensa.

Também no dia de ontem, para colaborar com o nosso governador, eu encaminhei dois pareceres, porque já foram publicados os decretos criando os parques e a reserva ecológica, mas até agora o governo não tomou atitude alguma! Até porque em todas as audiências, deputado Lício Silveira, eu, representando o grupo GT Araucária Sul, este Parlamento, o fórum parlamentar de suinocultura e o fórum parlamentar que acompanha os efeitos das Portárias nºs 508 e 178, fiz sempre as observações. E elas inclusive foram acatadas pela ministra quando da correção da primeira portaria que criava os parques nessas regiões. Por isso as nossas observações foram, todas elas, no mesmo sentido.

Encaminhamos ontem um parecer jurídico do ex-ministro Ismar Galvão e um parecer técnico do ex-deputado e engenheiro florestal, Luciano Pizzatto - dois pareceres com conteúdo extraordinário - ao governador, para que ele agilize essa ação judicial junto ao Supremo para que se tome as devidas providências, não para diminuir o entorno, sr. procurador-geral! Não! O entorno já é de quinhentos metros.

O que precisamos é fazer com que sejam observadas ou respeitadas as proposições dos proprietários, dos prefeitos e das autoridades que propuseram, com concordância do dr. Capobianco, na ocasião em que provocamos uma audiência pública no palácio do governo, com a presença momentânea do governador, onde expus toda a trajetória da criação desses parques e dessas reservas. Lá solicitamos que fosse permitido, e assim o fez a ministra, a criação de RPPNs e não de parques nacionais, porque o governo, em primeiro lugar, não terá, pelo que estamos observando, recursos suficientes para indenizar os proprietários. E em segundo lugar porque temos o exemplo do parque nacional de São Joaquim, criado em 1961, que foi depredado - e quem cuida é o governo federal. E tudo reafirma que o que cai na mão do governo federal não tem dono. E o parque de São Joaquim, deputado Dionei Walter da Silva, já foi depredado e não foi, em momento algum, regenerada aquela vegetação, porque não tem dono e o governo não faz nada.

Alguém já retirou madeira, camufladamente; outras centenas de árvores já morreram e outras foram derrubadas pela ação da natureza - vendáveis - como vimos no ano passado. E vai acontecer a mesma coisa com os parques de Ponte Serrada e Passos Maia, deputado Antônio Carlos Vieira. Se for criado o parque quem é que vai cuidar?

Então, a RPPN é uma reserva particular; o proprietário doa para a União e se compromete regenerar ou manter aquela floresta intacta.

Além disso, queremos também que nessa floresta haja o manejo sustentável, aquilo que a natureza exige. Não somos nós, não é o homem; a natureza exige que seja feito o manejo sustentável para que seja perpetuada a espécie da araucária. Porque a partir do momento em que a araucária vai secando, vai morrendo, a bracinga, o taquara e outras espécies tomam conta da floresta, sombreando-a; não nascendo uma nova araucária.

Se o homem, com técnica moderna, retirar a árvore que está em decadência, que está secando e abre uma clareira, fiscalizada pelo Ibama, pela Fatma e pela Polícia Ambiental, pode refazer aquela floresta plantando cem, duzentas mudas de araucária, e elas vão crescer juntamente. Ai, sim, haverá a perpetuação da espécie. Porém da maneira que a lei impõe acaba com a araucária no Brasil, no sul, principalmente. Por quê? Porque em floresta densa não nasce araucária. E em periferia, quando nasce, o proprietário corta porque sabe que ela vai incomodar no futuro. Essa é a grande verdade.

Por isso, fazemos um apelo veemente ao governo do estado para que realmente tome uma atitude concreta, conforme ele anunciou em audiência pública no palácio. Até agora não vimos nada de concreto; e o tempo está passando. Faço o alerta e peço ao nosso procurador que solicite à sua assessoria para que se atualize sobre com o que está acontecendo no ministério do Meio Ambiente, no governo federal. Até poderei encaminhar, se houver necessidade, uma cópia do decreto do dia 19 de outubro, com a devida correção, publicado no Diário Oficial.

Por outro lado, eu escutava atentamente as observações quanto às audiências públicas, deputado Antônio Carlos Vieira, que estão acontecendo. Já disse várias vezes que não somos onipotentes; somos de corpo e alma, e por isso não há condições de estarmos presentes em vários lugares no mesmo dia. Isso tem acontecido comigo e com outros parlamentares em várias oportunidades. Não podemos participar de audiências que dizem respeito inclusive às nossas comissões técnicas porque coincidem os horários.

Penso até que temos recebido críticas, deputado Afrânio Boppré, fundamentadas, de que muitas audiências públicas não condizem com a realidade porque não há frequência e não se atinge os objetivos; não há o fim para beneficiar a sociedade. São simplesmente demagógicas essas audiências públicas...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - Com a palavra o sr. deputado Antônio Carlos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, srs. deputados, senhoras e senhores, muito bom-dia.

Sobre a situação de ontem, deputado Afrânio Boppré, veja que quando falei que muitos deputados estariam votando sobre um projeto que não sabiam o que era, do assunto Celesc, também a imprensa não sabia, deputado João Henrique Blasi; e aí eles ajudam cada vez mais a desinformar a sociedade catarinense.

O Diário Catarinense de hoje traz: "A Assembléia Legislativa aprova projeto que divide a Celesc".

Diz o conteúdo da matéria:

(Passa a ler)

"Não adiantou protesto veemente dos deputados opositores e tampouco o ato realizado no dia anterior, quando quatro manifestantes ocuparam o plenário para evitar que a cisão da Celesc fosse aprovada..."[sic]

Parece-me que ontem nós aprovamos a cisão, pelo Diário Catarinense, e pelo jornal ANotícia os deputados autorizaram a venda de ativos da Celesc. Para o cidadão comum, o que aconteceu ontem? Eu já não pergunto aos deputados até por respeito a muitos deles, que não sabem o que foi votado ontem, mas a população catarinense que lê jornais e que é orientada por eles, se leu o Diário Catarinense acha que houve a cisão e se leu o jornal ANotícia acha que houve o que realmente houve: que foi a autorização para alienar os ativos de geração.

Vejam, srs. deputados, como a nossa imprensa age conosco, meros leitores, deputado Francisco Küster: traz-nos posições totalmente antagonônicas, os dois jornais com maior leitura em Santa Catarina. Parece-me que a presença ontem de policiais inibiu a vinda de jornalistas do Diário Catarinense. Não sei se não tiveram oportunidade de também ver pela TVAL, mas a notícia dada é equivocada. "A Assembléia Legislativa aprova projeto que divide a Celesc", não aconteceu ontem, não! Ontem houve...

E não venha o deputado João Henrique Blasi dizer que há uma autorização. Não! V.Exa., que foi o elaborador do substitutivo global, também não entendeu muito bem o seu substitutivo, porque se verificar verá que não houve aquilo que está dizendo.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Quem não entendeu foi v.exa! O substitutivo é muito claro, deputado Antônio Carlos Vieira. Permita-me apenas concluir em um minuto, talvez menos. O substitutivo é muito claro: do art. 1º ao art. 4º, autoriza o governo do estado a proceder a criação da *holding* e a criação de duas subsidiárias integrais; nos arts. 5º e 6º autoriza a outra possibilidade, que é a venda dos ativos financeiros. Então, isso está muito claro. Se v.exa. não leu ou não quis entender é problema seu, mas está ali e foi aprovado ontem por esta Casa.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Deputado João Henrique Blasi, o problema é seu! V.Exa. é que não leu o que escreveu!

O Sr. Deputado João Henrique Blasi (Intervindo) - V.Exa. é que não entendeu ou não quis ler!

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Estou com a palavra! Por favor! Vamos respeitar, deputado João Henrique Blasi! V.Exa. é muito contumaz a isso. V.Exa. gosta de fazer isso; gosta de interromper. V.Exa. não é mais deputado que ninguém aqui, não! V.Exa. é deputado como eu. Vamos respeitar, deputado! V.Exa. não sabe o que escreveu.

Ontem foi decidido, sim, a venda, o leilão! E está aqui, na palavra do presidente da Celesc. V.Exa. precisa ler jornal; precisa conversar com seus auxiliares; precisa conversar com o governo do estado! Deputado João Henrique Blasi, v.exa. está muito mal-informado; escreve uma coisa e não sabe o que escreve. Deputado João Henrique Blasi, isso é normal de v.exa.

Srs. deputados, também quero registrar, além dessa má informação dos jornais e de alguns deputados, a forma transparente como o governo age. E fiquei muito satisfeito quando li no Diário Oficial do dia 28 de outubro, deputado Afrânio Boppré, que o secretário estadual da Fazenda torna público o demonstrativo dos gastos com pessoal. Está no Diário Oficial. Só que o demonstrativo não está estampado; é apenas a portaria que diz que demonstra. É uma forma transparente de comunicar os gastos do estado com o pessoal. A portaria está capenga, só tem o corpo da portaria, mas não tem o demonstrativo.

A segunda portaria publicada torna público o demonstrativo da execução orçamentária da Administração Direta e do consolidado geral, relativo ao mês de setembro/2005. Aqui também não tem; só tem o texto da portaria, mas não tem o demonstrativo.

A terceira portaria torna público o demonstrativo da execução orçamentária da Administração Direta e do consolidado geral, relativo ao mês de setembro/2005. Também não tem o demonstrativo, deputado Afrânio Boppré.

O governo do estado está implantando uma forma transparente de dar conhecimento à sociedade das coisas e dos atos de fato da administração pública. Publica a portaria, dizendo que está dando ciência para efeitos da Constituição estadual, federal, da Lei de Responsabilidade, que aqui nós juramos respeitar, mas não publica, não transcreve.

Talvez eu não saiba ler, talvez exista algum deputado que saiba ler e interpretar o que está aqui, talvez seja eu que não saiba ler, deputado Reno Caramori, talvez os meus óculos não me dêem a visão do que está aqui; por isso, não consigo ler.

Sr. presidente, temos que reconhecer que o governo do estado pratica, sim, muitas ações corretas, para as quais batemos palmas. Eu aplaudi várias vezes o governo em ações que acho corretas. Por outro lado, também, posso entender que às vezes não age corretamente e aí acho válida a correção.

Deputado João Henrique Blasi, inclusive fiz um pedido de informação a respeito do Corpo de Bombeiros. E o Corpo de Bombeiros publicou a correção. Aquelas duas aquisições ocorreram, só que para outros fins. E desde que eu receba a informação que ainda não recebi, a resposta ao meu pedido de informação, eu vou trazer a v.exas. o que está sendo adquirido pelo Corpo de Bombeiros.

Aquela Portaria nº 154 não foi anulada ainda, ela só foi republicada por erro; o objeto era outro, não era aquela espada, aquele espadim, aquele custo do Corpo de Bombeiros; era outra coisa que estavam comprando. Então, quero a resposta ao meu pedido de informação, quero que respondam, porque eu quero trazer a informação oficial, da mesma forma que o governo do estado, numa publicação oficial, em setembro, do Fundo Social, de que estava construindo escolas, de que estava investindo em escolas. Eu fiz a solicitação, e o próprio autor da propaganda, a secretaria da Fazenda, o pagador, declara que não pagou, que não gastou nada do Fundo Social em escolas.

Então, é uma publicidade mentirosa, é uma publicidade enganosa, é uma transparência às avessas. Mandam conferir, vou conferir, e não existe. Não sei se deixo a partir de agora de conferir o que o governo do estado manda conferir, porque estou começando a chegar à conclusão de que sempre que alguém manda eu conferir, é para que eu não confira, porque se eu conferir, vou constatar que não tem nada para conferir. Enfim, é aquela dificuldade que nós temos.

Mais tarde vou entrar em um assunto muito interessante, com relação ao prédio da secretaria da Fazenda, aquela Adin que o governo do estado ingressou no Supremo, com relação ao art. 12 da Constituição estadual. Tenho outras informações mais abalizadas, escritas e lidas por mim, inclusive vou ter a oportunidade de trazer a v.exas. a real posição em que se encontra essa encrência, que é a cessão do prédio da secretaria da Fazenda para a prefeitura municipal de Florianópolis.

Procurei verificar no Diário Catarinense a informação do presidente da Celesc sobre o que ele irá fazer após essa lei. Ele diz que irá vender os ativos, não tem nada absolutamente de diferente. Quanto àquele Plano II, aquele plano que alegam que existe, alguém precisa me apontar onde ele está naquele substitutivo global, que dá essa conotação, ou seja, o que se aprova é uma coisa e o que se diz é outra.

O próprio deputado do governo diz que a ação do governo do estado e a posição desta Casa, ontem, em aprovar... Diz a manchete: "Sinal verde para a Celesc vender ativos."

Parece-me que não é bem isso, mas vamos discutir, teremos tempo suficiente, não é, deputado Reno Caramori? E o futuro só vai nos dar a razão ou tirá-la. Mas vamos aguardar, porque ainda temos muito tempo pela vida e vamos agüentar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) -Gostaríamos de registrar a presença dos alunos da Escola de Educação Básica Francisco Araújo Brusque.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa Legislativa!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dionei Walter da Silva.

O SR. DEPUTADO DIONEI WALTER DA SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que acompanham esta sessão, gostaríamos de fazer uma breve manifestação sobre a lei orçamentária do estado de Santa Catarina para o ano que vem, cujo relatório preliminar apresentamos no dia de ontem na comissão. Aprovamos também uma convocação para o secretário de Planejamento vir dar algumas explicações à comissão de Finanças e Tributação, porque alguns pontos do relatório do orçamento ficaram com dúvidas, obscuros, digamos assim.

A primeira preocupação que temos é com a retirada do cálculo geral do orçamento, das transferências constitucionais aos municípios. E com isso ele retira, nada mais, nada menos, do que R\$ 1,958 bilhão. E isso não entra no cálculo para a distribuição constitucional do estado; então, ele reduz o orçamento do estado.

Nós também temos a separação dos inativos e pensionistas para o Ipesec. E ele retira também do cálculo das despesas com pessoal e encargos sociais 17,15% por conta disso. A legislação não permite isso, e nós queremos que o secretário explique como e onde ele buscou fundamento para fazer essa retirada.

Queremos também entender, e esta é uma prática do governo, não é apenas neste projeto de lei, mas em vários que tramitam pela comissão de Finanças e Tributação, que é não explicar a fonte, não explicar a compensação, no caso dos benefícios fiscais, para compor o orçamento e o plano plurianual. Em uma delas que está no orçamento ele diz que os benefícios concedidos pelo Fundo de Desenvolvimento Social estão sendo compensados com mecanismos de arrecadação de inadimplentes. Só diz isso, mas não diz de onde está vindo, quanto está vindo para compensar os benefícios concedidos ao Fundo Social. Nós queremos que ele traga essa demonstração.

E também nós queremos entender um parágrafo acrescido ao art. 8º, pois além dos 25% que o governo propõe para utilizar no orçamento, por decreto, deputado Lício Silveira, ou seja, um quarto do orçamento nas mãos do governador, ainda cria um parágrafo dizendo que os técnicos poderão também mexer eletronicamente, inclusive, no orçamento. Assim, queremos entender se é além dos 25% ou se está dentro, porque não fica claro aquele parágrafo acrescido ao artigo.

Também encontramos algumas diferenças na nossa avaliação entre a estimativa de receita que acompanha a base de cálculo e, por consequência, teremos um investimento a menor, no nosso entendimento, na área da saúde e na área da educação - na saúde, em torno de R\$ 7 milhões e mais ou menos R\$ 13 milhões na educação.

Constatamos ainda que a tão propagada descentralização administrativa, ou a descentralização do governo, ao falarmos em orçamento, deputado Vieirão, v.exa. que é um especialista em orçamento e finanças, ela não existe, pois dos R\$ 8,6 bilhões, que é o valor total do orçamento, 3,72% estão nas secretarias regionais, incluindo encargos de pessoal, despesas correntes e investimentos.

Então, essa é a descentralização do orçamento do estado, do global, ou seja, somente 3,72% está na soma total de todas as regionais. Descentralizar apenas a estrutura e cargos, sem a decisão orçamentária, não é descentralizar. Está apenas criando, como o próprio governador afirmou desta tribuna, agentes intermediários entre a comunidade, a sociedade e o governo do estado. Essa é realmente a realidade!

Além disso, está tramitando paralelo uma alteração no plano plurianual para 2006 e 2007, e mais uma vez, como é de praxe, deputado Manoel Mota, o governo manda uma série de alterações sem identificar a fonte dos recursos para suplementar ou para incluir programas e sem identificar também de onde estão sendo reduzidas algumas fontes; simplesmente vêm as alterações sem cumprir a legislação que obriga identificar de onde estão saindo esses recursos, ou se são recursos novos, ou se estão sendo reduzidos.

Então, acho que esta prática do governo precisa efetivamente mudar, porque, se é um governo que é rápido para cumprir a legislação, quando se trata de telefonia, quando se trata de Celesc, ele tem que ser rápido também para cumprir a legislação que jura cumprir ao assumir o mandato, que é a história das Constituições federal e estadual e a legislação vigente em nosso estado e em nosso país.

Era isso, não deu para concluir, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - Peço desculpas ao deputado, talvez eu não tenha informado sobre esse aspecto.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, o primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado João Henrique Blasi, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, srs. deputados, eu vou ocupar apenas uma pequena parte do horário destinado ao PMDB, ficando a parte remanescente ao encargo do deputado Rogério Mendonça.

Quero me reportar, sr. presidente, srs. deputados, como não poderia deixar de ser, eis que os ecos da sessão de ontem ainda reverberam neste plenário, para tecer algumas considerações acerca do Projeto de Lei nº 0242, de 2005, de gênese governamental, aprovado ontem pela maioria dos membros desta Casa.

Gostaria de dizer e reiterar, em primeiro lugar, que a decisão do governo com relação à Celesc não decorre de iniciativa sua, decorre do imperativo legal baseado numa medida provisória remetida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, convertida na Lei nº 10.848, de 2004, que obriga, que torna compulsório as empresas estatais de energia elétrica não acumularem numa mesma estrutura a área de geração e a área de distribuição.

Por outro lado, também muito se falou aqui a respeito do cronograma que foi elástico até junho do ano que vem. Ocorre que este cronograma estabelece no mínimo 18 etapas a serem cumpridas seqüencialmente para que até aquele dia final e peremptório, em 30 de junho de 2006, esteja concluído integralmente o processo determinado pela desverticalização.

Quanto às emendas, aqui eu destaco o deputado Vânio dos Santos, que apresentou 22, das quais exatamente a metade, 11, foram acatadas e incorporadas ao substitutivo global, que prevê, entre outros aspectos, três que merecem destaque neste momento: a do art. 11, assegurando, tornando explícita a garantia de emprego a todos os servidores da Celesc, inclusive àqueles 66, se não estou equivocado, que atuam na área de geração, que, consumada a venda dos ativos de geração, passarão para a área de distribuição da empresa; também o art. 14, que determina o reinvestimento total na Celesc, para a sua infra-estrutura, para o desenvolvimento da sua atividade finalística, daquilo que for obtido, se exitoso o leilão para a venda dos ativos de geração; e por último o art. 15, para desmentir, para contrastar com aquela que foi a pedra de toque da maioria das afirmações feitas no ano passado, de que a Celesc será privatizada. O art. 15 não deixa nenhuma margem à dúvida quando assevera, quando reitera, quando reafirma que o controle acionário da Celesc permanecerá sendo do estado de Santa Catarina.

Sr. presidente, o substitutivo global que foi apresentado nesta Casa no dia 30 de agosto, passou o mês de setembro, passou o mês de outubro e passaram até ontem nove dias do mês de novembro, o substitutivo, sr. presidente, como disse ontem e como tentei reafirmar há pouco num aparte, contempla as duas possibilidades. Do art. 1º ao art. 4º ele assegura a idéia original do governo, que é a criação de uma empresa *holding*, com duas subsidiárias integrais, uma de geração e uma de distribuição. E os arts. 5º e 6º contemplam a alternativa, que é a venda dos ativos financeiros. Se não ocorrer a venda dos ativos financeiros, o governo terá tempo, ainda, de

promover aquela divisão da empresa, como a imprensa acentua, hoje, de forma a cumprir, de uma forma ou de outra, até 30 de junho do ano que vem o que foi determinado por uma lei federal de conversão, decorrente de uma medida provisória do atual presidente da República.

Portanto, sr. presidente, está no projeto, não é afirmação minha, não é criação minha, não estou mal informado. Quem está mal informado é quem não leu, ou quem leu e não entendeu, ou quem leu e entendeu e quer fazer de conta que não entendeu, porque está desde 30 de agosto nos termos do substitutivo global aprovado por esta Casa.

O Sr. Deputado Francisco Küster - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Francisco Küster - Deputado João Henrique Blasi, vou falar rapidamente, até porque sei que o tempo seguinte é do deputado Peninha.

Eu conheço os 11 sindicatos da Celesc. O Intercel é um sindicato muito valente, é um dos sindicatos mais bem estruturados e mais fortes que existe em Santa Catarina.

Se esse projeto fosse realmente ruim, como querem mostrar, de forma maldosa, à população, os deputados da Oposição, a Intercel e os sindicatos teriam puxado uma greve na Celesc e teriam vindo para cá. Os sindicatos não estiveram aqui dentro do plenário, somente alguns aposentados, inclusive uns da Eletrosul. Havia somente dois aposentados da Eletrosul.

Então, deputado, tem muita inverdade em torno desse debate, mas este é o papel da Oposição e nós respeitamos. É um processo democrático e a coisa é por aí. A dialética do Parlamento é essa, mas não podemos fazer valer a vontade de um único deputado sobre os outros 39 deputados.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Agradeço a v.exa. e registro, apenas para concluir, que quando ontem a imprensa registrava, equivocadamente, que se tratava da privatização da Celesc, nenhum de nós verberou aqui contra a imprensa. Agora hoje, quando a verdade começa a ser restabelecida, de que há duas possibilidades em jogo colocadas no substitutivo, nós somos acusados de mal-informados, de não sabermos ler o que escrevemos ou de não sabermos ler o que escrevemos quando a verdade está escrita e está nos autos desde 30 de agosto, na Assembleia Legislativa.

Passo a palavra, agora, ao deputado Rogério Mendonça.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao deputado Rogério Mendonça, pelo tempo restante do PMDB.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, srs. deputados, agradecendo ao deputado João Henrique Blasi por me conceder parte do horário do partido, quero falar aqui sobre a invasão na Assembleia Legislativa.

(Passa a ler)

"Sindicalistas do setor elétrico, ex-servidores e servidoras da Celesc invadiram a Assembleia Legislativa na tarde de anteontem e impediram a votação do projeto que prevê a reestruturação das Centrais Elétricas de Santa Catarina, conforme exige a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que proíbe que uma única empresa atue ao mesmo tempo na geração e na distribuição.

A pontapés, socos e gritos alguns servidores invadiram o plenário do Poder Legislativo e conseguiram produzir tumultos seguidos por duas horas, até que inviabilizaram a votação do projeto, adiado para o dia de ontem, quando acabou aprovado.

A Celesc produz menos de 5% da energia que distribui a dois milhões de clientes no Estado e a desverticalização é obrigatória. Ou seja, trata-se de adequação a um sistema nacional, por determinação superior. Ainda assim, com medo da privatização, eletricitários se acham no direito de tumultuar com arruaça e baderna a sessão de um Poder constituído.

Invasões e tumultos têm sido a marca registrada dos movimentos sindicalistas no governo do PT, com os servidores se achando no direito de 'comandar' as empresas e órgãos a que estão ligados por vínculos empregatícios. Ou seja, consideram-se 'proprietários' e se servem das instituições em benefício próprio para preservar cargos e salários. Assim tem ocorrido sistematicamente com o INSS, Receita Federal e, no presente momento, com as universidades federais, em prejuízo ao ano letivo de milhares de jovens em todos os estados brasileiros.

Não deverá demorar muito para que tumultos dessa ordem venham a se registrar nos tribunais superiores de Justiça, com invasão e depredação das cortes estaduais e até mesmo, amanhã ou depois, com as redações dos jornais e emissoras de rádio e televisão.

É preciso, portanto, dar um basta a tanto atrevimento e arrogância e repor a ordem e o direito em seus devidos lugares.

É inteiramente descabido e inaceitável que lideranças sindicais tenham a audácia de impedir o funcionamento de um Poder constituído, fundamento do estado de direito e um dos pilares da democracia, como órgão de representação da vontade popular.

A agressão física a deputados, a arruaça e a selvageria de gritos e socos não podem intimidar a sociedade, que deve reagir e cobrar de forma categórica o imperativo da lei. No final, como moeda de troca, exigiram - e obtiveram - que os autores do que denominam protesto fossem colocados em liberdade. Deveriam permanecer presos e responder pelos delitos cometidos, na forma da lei e do direito, idêntico ato, eventualmente feito no plenário do Tribunal de Justiça, certamente não teria o mesmo 'final feliz'. Assim, é dever da Assembléia proceder aos atos pertinentes para que os agressores sejam enquadrados na forma da lei."

Srs. deputados o que eu acabei de ler foi um artigo publicado, hoje, no jornal ANotícia.

E ele colocou aqui para dar maior ênfase:

(Continua lendo)

"É inteiramente descabido e inaceitável que lideranças sindicais tenham a audácia de impedir o funcionamento de um Poder constituído, fundamento do estado de direito e um dos pilares da democracia, como órgão de representação da vontade popular."

É nesse sentido que eu gostaria de parabenizar o presidente e deputado Julio Garcia, pela forma democrática como conduziu os trabalhos desta Casa nos dois últimos dias. Na terça-feira, com habilidade, adiou a votação suspendendo os trabalhos para não haver nenhuma agressão às pessoas que aqui estavam.

Ontem, o presidente reforçou a segurança desta Casa e aí, evidentemente, eles perderam a liberdade que tinham no momento em que não souberam utilizá-la. Portanto, a segurança utilizada foi para garantir a democracia e o direito de manifestação dos senhores libertados. Se eu não me engano, era John Kennedy que dizia: "a liberdade de um vai até onde começa a liberdade do outro".

Ora, srs. deputados, tiveram total liberdade e não souberam usá-la. Cento e trinta e dois dias, deputado Francisco Küster, o projeto esteve circulando nesta Casa e todos tiveram a oportunidade de fazer audiências e tudo mais para se manifestarem, mas não o fizeram.

Portanto, quero parabenizar o deputado Julio Garcia, especialmente o jornal ANotícia, por este artigo publicado.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Quero parabenizá-lo, eminente deputado Rogério Mendonça, nosso deputado Peninha.

Primeiro, quero registrar, com muita honra, a presença, nesta Casa, do prefeito Enio Zuchinali, juntamente com vereadores e com o comando de secretários da prefeitura de Morro Grande, que veio aqui prestigiar a trabalho, evidentemente, do município, a nossa sessão.

Então, nós queremos registrar, nos anais desta Casa, a presença deste referido prefeito e agradecê-lo por estar presente aqui na manhã de hoje.

Quero dizer, também, deputado Rogério Mendonça, que o governo do estado de Santa Catarina tem trabalhado da forma mais democrática possível. Os projetos chegam aqui, são projetos importantes, mas devido à determinação da Aneel, o governo teve que fazer esses encaminhamentos, porque senão o mês de dezembro em diante seria penalizado.

Esta Casa, como é a ressonância do povo, evidentemente que escuta a voz do povo. Então, o povo pode participar, mas não pode bagunçar. Movimentos, críticas, forma de buscar o seu direito é uma coisa. Agora, invasão aqui dentro é bagunça. E quem apóia esse tipo de movimento está contribuindo com a bagunça no estado de Santa Catarina.

O presidente desta Casa, com muita tranquilidade, com muita serenidade, conduziu o processo com maturidade. Eu tenho que cumprimentar e parabenizá-lo porque ele realmente parou a sessão na hora certa, reabriu-a na hora certa, abriu e reabriu a sessão novamente, depois viu que não dava e parou. E ontem ele tomou algumas medidas devido ao tumulto, porque esta Casa não pode virar bagunça. As pessoas não podem entrar aqui dentro e acabar com tudo. O que é isso?!

Isso não é democracia, isso é bagunça! E o que nós queremos é uma democracia plena, o direito de poder reivindicar, de poder contestar. Nem todos são obrigados a votar naquilo que é de interesse da população. Agora, uma coisa é certa: o governo do estado de Santa Catarina, que tem feito a descentralização e está sendo aplaudido pela população, recebe, evidentemente, uma votação aqui fruto da sociedade que conduz esse processo e faz com que o governo fique no teto.

Nós estamos aqui, evidentemente, para conduzir e fazer com que Santa Catarina esteja no caminho certo, dando emprego e renda e melhorando a qualidade de vida do nosso povo.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Era o que tínhamos a dizer, sr. presidente.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - A presidência registra a presença, nesta Casa, dos alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora Atilano Kryger e da Escola de Ensino Fundamental Professora Isabel de Souza, ambas de Guarimirim.

Registramos também a presença dos alunos da Escola de Ensino Fundamental Professora Augusta Knorring, do município de Brusque.

Sejam todos bem-vindos a esta Casa Legislativa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o sr. deputado Antônio Carlos Vieira.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, evidentemente que não faço apologia aqui com relação à invasão no plenário, absolutamente. Eu faço apologia à verdade.

Trago aqui o jornal Diário Catarinense, com a seguinte nota:

(Passa a ler)

"Miguel Ximenes, diretor-presidente da Celesc, diz que a decisão é fruto da inexistência histórica de investimentos por parte da Celesc. Empresas como Copel (PR) e Cemig (MG) investiram na área e estão em situação diferente. Temos concessão para distribuir energia. Atuaremos nessa área."

E o jornal ANotícia traz também a seguinte nota:

(Continua lendo)

"O diretor econômico-financeiro da Celesc, Gerson Berti, complementou o discurso governista afirmando que não há muito mais tempo para discutir o projeto. Há uma série de trâmites a serem realizados ainda até o leilão, uma avaliação financeira do complexo patrimonial, lançamento do edital, entre outros. Se não tivermos tudo encaminhado até maio, a Aneel pode retirar a nossa concessão e passar para outra empresa."

Então, é balela dizer que há duas opções. Se não alcançar uma até junho, não dá tempo para lançar outra. Vamos reconhecer que a decisão de ontem foi uma decisão da maioria dos deputados. Concordo que ganha a votação quem tem a maioria e a maioria ontem era em prol do governo e pela aprovação do substitutivo global, que vai promover a alienação dos ativos de geração da Celesc. Isso é inquestionável, deputado Francisco Küster.

Não entendo que a minha vontade ou a vontade de um deputado deve prevalecer sobre a dos demais. Absolutamente! Acho que a maioria sempre vence, a maioria é a maioria da vontade dos deputados, mas não quer dizer que quem perdeu não possa falar. Nós temos que reconhecer quem ganhou, mas quero que me desmintam se o que se aprovou ontem aqui não foi a alienação dos ativos de geração da empresa.

Vamos esperar até junho de 2006, deputado Lício Silveira, para ver se esses bens serão ou não alienados, porque nós já tivemos casos passados em que aqui foi criada uma grande empresa, a Invesc, inclusive na época houve uma CPI para as contas públicas e diziam que essa empresa foi uma das melhores engenharias financeiras aplicadas. Só que passados dez anos, essa grande engenharia financeira está deixando para o estado um rombo perto de R\$ 900 milhões e ninguém fala nada, nem aqueles deputados que defendiam na época, porque aí a memória falha.

Acho que a coerência é tudo! Nós temos que ser coerentes!

Ontem, eu ouvi de um colega meu que dizia que deixou de ler um livro de um determinado cidadão, um político, que dizia o seguinte: quando eu era oposição eu pensava assim, agora, como sou governo, eu penso diferente. Acho que isso não é coerência, coerência é quando pensamos da mesma forma, de forma igual, ou seja, azul é ontem e azul é hoje. O vermelho é ontem e o vermelho é hoje. Não adianta eu dizer que o azul era ontem e hoje o azul passa a ser vermelho, só porque sou governo. Não. Nós temos que ser sempre coerentes. Eu, pelo menos, procuro ter coerência.

Escutamos aqui o líder do governo tentando justificar, evidentemente. Quero até dizer ao líder que foi encomendado ao dr. Zili Lopes Filho aquele famoso relatório ou parecer a respeito das três operações, deputado Celestino Secco: *holding*, *cisão* ou alienação.

A conclusão foi pela alienação. Foi objeto inclusive de discussão na comissão de Constituição e Justiça para a manutenção, que a alienação era a melhor das propostas, pois as outras duas trazem prejuízo. E a que mais traz prejuízo é a *holding*. Na minha avaliação, sem alienar os bens de geração, a melhor das posições é a *cisão*. Não sou contra a *cisão*. Eu entendo que para o cumprimento da Lei nº 10.848, a *cisão* é melhor. Agora, tirando a *holding*, tirando a *cisão*, é evidente que é para colocar dinheiro no cofre da Celesc e no governo do estado, porque vai ter participação, sim, e no governo da União, porque vai ter Imposto de Renda.

Imagine, deputado Dentinho, por quanto vão ser vendidos esses ativos e, por consequência, quanto é que valem os valores históricos, quem vai pagar o Imposto de Renda e quanto que o acionista vai levar. Então, tudo isso precisa ser explicado. O que eu quero dizer é que mais tarde o nosso futuro é que vai nos dar razão ou não. Eu mantenho o meu discurso, ainda que a melhor solução para o cumprimento da Lei nº 10.848 é a *cisão*. A *cisão* é um dos melhores caminhos.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Deputado Vieirão, eu concordo com v.exa. de que nós não devemos fazer apologia à ocupação do plenário. Mas também eu não posso concordar com a apologia à criminalização dos protestos. Não foi a primeira vez que ocorreu isso na Assembleia Legislativa e não será a última vez, deputado Lício Silveira. Tem ocorrido esse tipo de manifestação em Parlamentos do mundo inteiro, na Inglaterra, na França, em Brasília, e não vai ser em Santa Catarina que nós vamos ser diferentes.

Então, eu quero só dizer que há um exagero em dizer que houve socos, pontapés, arruaças nesta Casa. Houve um protesto. E o que eu vi aqui é que não foram os manifestantes que desferiram os pontapés. Pelo contrário, eu vi foi o deputado e ex-diretor da Celesc fazer um empurra-empurra aqui que não tinha nada a ver com os manifestantes do sindicato - v.exa. sabe o que estou falando -, o que a imprensa não repercutiu.

Então, eu não posso concordar com esse tipo de manifestação porque ela não é verdadeira e eu gostaria de fazer esse reparo. Mas agradeço a v.exa. o aparte.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS VIEIRA - Nobre deputado, agradeço a v.exa. o seu aparte ao meu depoimento.

Mas quero dizer que o nervosismo estava à flor da pele. Isso que é evidente. E o nervosismo não estava, evidentemente, no lado da Oposição. Estava ao lado do governo, porque o governo, até o final, ficou com receio de que o seu projeto não passasse, mas conseguiu a maioria. Palmas! Mas o futuro vai dar razão a quem a tem. O futuro será o melhor exemplo à nossa juventude. Vai dizer quem tinha razão. A Invesc está aí para nos dar razão ou não.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Wilson Vieira, por até 15 minutos.

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos prestigia, funcionários deste Poder, telespectadores da TVAL...

O Sr. Deputado Paulo Eccel - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Paulo Eccel - Deputado Dentinho, agradeço a oportunidade deste aparte inicial.

Quero, de forma rápida, informar a Santa Catarina e também aos filiados do Partido dos Trabalhadores que no próximo final de semana, sábado e domingo, estará acontecendo o encontro estadual do PT e a reunião do diretório estadual, no município de Itajaí, e que amanhã, também no município de Itajaí, ocorrerá o encontro estadual dos dirigentes municipais do PT, com a participação do nosso presidente estadual e de todos os presidentes do nosso partido em nível municipal, sendo um importante momento na nossa vida partidária.

E no sábado, certamente, estaremos fazendo grandes encaminhamentos visando as eleições do próximo ano e visando a consolidação do nome da nossa candidatura à disputa ao governo do estado nas eleições de 2006.

Era esta a informação partidária e agradeço a oportunidade do aparte, deputado.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Deputado Dentinho, eu cheguei agora e peguei o final desta discussão sobre o grande número de policiais que o governador mandou para cuidar da Assembleia ontem. Eu não sei se foi para cuidar dos sindicalistas ou para verificar o placar de votação. Talvez se não dessem os 21 votos, os policiais já estariam aqui para levar o deputado que não honrasse o compromisso.

Mas, ouvindo a rádio CBN agora pude saber que ontem, enquanto o governador colocava aquele policiamento todo aqui, houve mais uma fuga na penitenciária. Dez ou doze presidiários fugiram, ontem, deputado Lício Silveira. E sabe o que o responsável da PM disse? Sabe qual foi a razão da fuga? Falta de policiamento na penitenciária!

Enquanto o governador tirou os policiais militares da penitenciária para cuidar da Assembleia ou dos deputados - eu não sei qual o motivo, se foi para cuidar da Assembleia, dos sindicalistas ou dos deputados... Enquanto eles vieram aqui para, talvez, intimidar... O governador disse: "Na penitenciária podem deixar bandido fugir, mas cuidem daquela turma da Assembleia!" Colocou 150 policiais aqui, não ficou ninguém na penitenciária - deve ter tirado policiais de lá também - e houve uma fuga!

Agora a capital está presenteada, graças à grande atuação do secretário Ronaldo Benedetti! Ele era tão crítico e defendia tanto a segurança, que a sua incompetência e politicamente permitiram mais uma fuga na penitenciária. A vizinhança que se cuida porque tem bandido solto!

Eu espero que não passem pelo Fernandinho Beira-Mar para não importuná-lo, porque ele está bem acomodado ali na vizinhança da Casa d'Agronômica. Mas talvez uma visitinha na Casa d'Agronômica seria bom para despertar o governador.

Muito obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Eu quero me ater também à questão do projeto que foi discutido, ontem, e aprovado por este Poder, dizendo, sr. presidente, que esta matéria não passou pela comissão de Finanças e Tributação. Se tivesse passado, talvez não ocorresse todo esse problema, porque todo o debate que se deu no plenário foi por conta disso. Os ânimos ficaram acirrados e aconteceu aquilo, ou seja, os trabalhadores, revoltados, resolveram entrar no plenário para tentar impedir que houvesse votação.

Mas isso é fruto do fato de se estar desrespeitando o Regimento Interno. Nós já temos o Ofício nº 057/2005, da comissão de Finanças e Tributação, que foi encaminhado à Mesa com o objetivo de fazer com que a comissão de Constituição e Justiça acelere as suas decisões, cumpra o Regimento, dê o seu parecer dentro do prazo legal e encaminhe, em seguida, o projeto para a comissão de Finanças e Tributação, fato este que não vem ocorrendo.

Em função deste aspecto, ocorre um debate muito mais acirrado, muito mais intenso e com um envolvimento de mais deputados em plenário. E isso poderia acontecer tranquilamente na comissão, evitando muitos percalços como aquele que aconteceu aqui.

Eu espero que de agora em diante isto sirva de lição e que todos os projetos que têm de passar pela comissão de Finanças e Tributação passem por lá. Portanto, que não venham a plenário sem ser discutidos naquela comissão com ampla profundidade, já que lá os deputados estão em menor número e, com tranquilidade, podem discutir mais profundamente, pois lá na comissão não há prazo e os deputados podem falar e dar o seu parecer durante o tempo que julgarem necessário.

Também quero me reportar sobre tema abordado pelo deputado Francisco Küster em seu pronunciamento hoje, quando disse que a audiência pública de ontem foi um ato circense. Ela não foi, deputado, eu discordo de v.exa. e quero dizer mais...

O Sr. Deputado Francisco Küster - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Vou conceder-lhe o aparte, mas primeiro quero terminar o meu raciocínio.

Quero dizer que, pela forma como os movimentos sociais foram tratados ontem, não era para menos... Penso, até, que eles foram muito altivos e tiveram grande dignidade, ao ponto de aceitar abrir a audiência, expor alguns questionamentos e dizer por que não iriam dar continuidade à audiência. Em outra situação, certamente haveria um resultado diferente, já que eles foram impedidos de ter acesso a este Poder. Alguns, inclusive, foram derrubados e colocados no chão.

Portanto, este Poder, ontem, tratou as pessoas que nos visitaram daquela forma e, como tínhamos atividades previstas para logo após a sessão plenária, automaticamente ficaram prejudicadas. Assim, grande parte do público que veio aqui para discutir a criminalização dos movimentos sociais acabou não tendo acesso a este Poder e indo para casa, o que desmobilizou, desmotivou e fez com que desistissem de fazer o seu ato de protesto em relação à questão da criminalização dos movimentos sociais. Dessa forma, tomou-se a decisão de não dar continuidade à audiência, já que o seu objetivo não seria mais alcançado da forma que se pretendia.

É importante deixar claro que atitudes como aquelas que ocorreram ontem aqui não devem ocorrer mais. Não havia necessidade daquele policiamento ostensivo. As pessoas que estiveram aqui no dia anterior vieram calmamente para assistir à sessão, para debater, para vaiar ou aplaudir, mas não intervieram, de forma alguma, na decisão deste Poder.

Agora, é bom deixar claro que as pessoas que fazem parte dos movimentos sociais têm o direito de reivindicar e de questionar. Não é porque elas reivindicam, questionam e lutam por emprego e salário, que são menos dignas ou inferiores aos outros trabalhadores. Elas têm direitos iguais, têm direitos de lutar, assim como nós lutamos. O senhor mesmo já foi um grande lutador, e se aquilo que ocorreu ontem aqui tivesse ocorrido na sua época, eu tenho certeza de que o senhor, provavelmente, quebraria o vidro e entraria à força aqui dentro, coisa que eles não fizeram.

O Sr. Deputado Francisco Küster - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Francisco Küster - Deputado Wilson Vieira, eu não quis dizer isso que v.exa. afirmou. Eu disse que há um risco muito grande, quando alguns procedimentos são encaminhados com a melhor das boas intenções (e eu acredito na sua boa intenção porque v.exa. tem uma vinculação, uma identidade com os movimentos populares muito forte, e reconhecemos isso), quando se programa um evento como aquele de ontem em que v.exa. ficou presidindo e eu e os deputados João Henrique Blasí e Lício Silveira nos fazendo presentes... Daí o menino foi para a tribuna, soltou um montão de impropérios e foi embora! Ele deveria, no mínimo, ter lhe agradecido! Foi isto que eu quis dizer! E daqui a pouco pode virar um teatro circense, foi isto que eu quis dizer! Um evento convocado e mobilizado por v.exa., eu jamais iria conceituar dessa maneira. Não foi isso!

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - O fato, deputado, é que realmente o tratamento que eles receberam foi ruim. Foram tratados como bandidos, quando, na verdade, são trabalhadores dignos, que buscam o sustento da sua família através do seu trabalho, com a dedicação que prestam ao estado, já que são servidores estaduais.

Quero lembrar que junto a esse movimento está o Soares, presidente da Aprasc, e que está sendo criminalizado injustamente. Por conta disso é que o movimento ganhou essa força e está-se organizando para lutar contra as injustiças sociais que acontecem em Santa Catarina.

O fato é que todos os líderes dos movimentos estão sendo perseguidos e processados como se fossem criminosos. Eu já passei por isso e sei exatamente como funciona. Quem já respondeu processo sem motivo algum, que foi o meu caso, sente na carne esse tipo de situação. Por que quem luta pelos trabalhadores tem que ser tratado como bandido, como criminoso? Por que tem de ser separado da sociedade? Se faz parte dela e está lutando por ela e por dias melhores para todos, não pode, de forma alguma, ser tratado desta maneira!

A criminalização dos movimentos sociais tem que ser colocada abaixo. Temos que acabar com essa história e quem é líder comunitário tem que ser reconhecido. Temos que lhe dar o direito de lutar e de falar, senão nós estaremos censurando as pessoas e novamente resgatando o período da ditadura, quando o cidadão não tinha direito de se manifestar, de falar, de defender, de reivindicar. Enfim, não tinha direito a nada.

Então, a idéia é recuperar os direitos que a sociedade tinha de reivindicar, de buscar os seus direitos, de lutar por melhores salários e pela manutenção dos empregos. Se não for assim, srs. deputados, não há necessidade de estarmos aqui fazendo o papel de deputados, porque tudo aquilo que dissermos não terá nenhuma produtividade e nenhum resultado político-social positivo para a sociedade catarinense.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Pois não!

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Deputado Wilson Vieira, quero parabenizar v.exa. pela coragem de trazer, com este tom, o tema da criminalização dos movimentos sociais.

Ontem, fiz questão de relacionar a chamada face econômica do projeto neoliberal, que exige uma outra face: a da política e do uso da violência, da criminalização e da coerção aos movimentos sociais. O neoliberalismo só sairá vitorioso se conseguir abafar a voz dos movimentos, a voz dos trabalhadores, dos explorados e dos oprimidos deste país.

Quero deixar claro que este é um tema de alcance estratégico para a luta, inclusive, dos trabalhadores. Nós não podemos perder a oportunidade de ter, socialmente, uma opinião que faça o contraditório. E quem tem criado condições para enfrentar os verdadeiros inimigos, os adversários dos interesses populares são esses movimentos organizados. Por isso que eles são visados pelo governo, que é o caso nosso em Santa Catarina, e por alguns veículos de comunicação, que estimulam a criminalização. Aqui dentro do parlamento nós precisamos repercutir também e associarmos, apoiarmos e aliançarmos-nos com os movimentos sociais.

Quero parabenizar v.exa. por trazer, com contundência, com coragem, com compreensão política, o alcance estratégico dos movimentos sociais. Eles, efetivamente, ameaçam os donos do poder. Por isso que querem usar de todos os expedientes para condená-los e criminalizá-los.

Parabenizo v.exa!

O SR. DEPUTADO WILSON VIEIRA - Obrigado, deputado.

A criminalização não vai dar resultados. E quanto mais se luta contra o movimento social, mais fortalecido ele fica, mais garra ele determina e mais pessoas aderem ao movimento, porque sentem a importância do movimento em seu favor, em sua defesa.

Quero abordar, ainda, a questão com relação ao projeto da Celesc. No começo, o governo chamou os trabalhadores da Celesc, os sindicatos e todas as representações que estavam envolvidas na situação da proposta de privatização para discutir amplamente o projeto. E tem sido assim: o governo propõe a discussão até o momento em que perde o interesse, até o momento em que o seu interesse ou o seu objetivo não é atingido. Ai ele descarta todo mundo e faz a coisa unilateralmente, da forma que fez aqui, não discutindo mais com as entidades que representam os trabalhadores da Celesc, sindicatos e outras instituições que participaram desse processo. Ele abre a discussão e depois abandona-a.

Agora ele está querendo fazer o mesmo com a Casan. abrindo uma discussão ampla com os trabalhadores, com os sindicatos, com a CUT, Fecam e outras entidades. Mas depois sabe-se que, se não for atendido o interesse da privatização, ele irá cair fora das negociações e deverá colocar o seu trator, o seu rolo compressor aqui dentro, passando por cima de todo mundo e aprovando o projeto de qualquer jeito, da forma que interessa apenas ao governo e não à sociedade catarinense.

Então, essa é uma prática permissiva que tem que ser repudiada e anulada, porque não dá para se permitir esse tipo de situação. Ou nós discutimos a matéria com a amplitude que ela merece, tendo a liberdade de apoiar ou rejeitar o projeto, sem que passem o rolo compressor, ou simplesmente vamos estar aqui fazendo exatamente o que o governo quer, sem ter poder de decidir ou de aceitar, ou não, a proposta que o governo está impondo.

Só para encerrar, sr. presidente, gostaria de dizer mais alguma coisa a respeito disso: no processo da Casan, vamos lutar para que esse tipo de situação não ocorra. Mas no projeto da Celesc o governo mostrou o interesse que tem em privatizar, embora no seu plano de governo tenha deixado muito claro que era contra a privatização, que não iria privatizar nada - o serviço de água e esgoto não iria ser privatizado, assim como também o serviço de energia. Mas agora ele está fazendo o contrário disso: está privatizando o que pode e tentando neutralizar o trabalho da Oposição, de forma a viabilizar o projeto de privatização, que é o seu principal objetivo, pelo que sentimos no dia-a-dia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - Ainda dentro do horário reservado aos partidos políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Francisco Küster, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Sr. presidente e srs. deputados, quero tecer algumas considerações ainda por conta da repercussão do dia seguinte ao projeto da Celesc.

A minha verdade não é mais verdade do que a verdade de quem quer que seja, mas ela é a minha verdade e dela eu não abro mão. Qualquer partido que estivesse no Poder - PT, PP, PFL, PSDB - teria que cindir a Celesc. Esta é uma verdade incontestável. Também é verdade que a Celesc é imprivatizável. A Celesc distribuidora não será privatizada. Também é verdade que os empregos dos colaboradores da Celesc serão preservados. Também é verdade que os ativos de geração poderão ser alienados. Esta também é uma verdade que se contrapõe a outras verdades.

Por isso, sr. presidente e srs. deputados, a grave responsabilidade de quem governa é fazer acontecer as coisas. O Partido dos Trabalhadores prometeu empregar 10 milhões de brasileiros e é verdade que não conseguiu. Também é verdade que o Partido dos Trabalhadores prometeu que iria fazer a reforma agrária neste país, mas não conseguiu e está fazendo a conta-gotas, como fazia o governo passado. É verdade também que o Partido dos Trabalhadores iria democratizar a riqueza neste país, mas é verdade também que o Partido dos Trabalhadores, generosamente, protege os interesses do setor financeiro. Também é verdade que nunca se auferiu tanto lucro no setor financeiro como no governo do Partido dos trabalhadores. Estas são verdades incontestáveis que precisam ser ditas.

Também é verdade que uma democracia não subsiste sem os movimentos populares, sem a sociedade organizada e participativa. Mas também é verdade que esta Casa não pode ser constrangida, porque o dia que se fechar esta Casa, o dia que desmoronar o Parlamento, nos escombros dele vão encontrar os movimentos sociais, as vítimas sepultadas. Esta é uma verdade que precisa ser dita para contrapor algumas demagogias ou até algumas outras verdades respeitáveis.

É isso, srs. deputados, que precisa ser dito. Nós escoramos o debate; nós temos *know-how* no movimento popular. Em algumas escolas que frequentam alguns colegas por ela já passamos; evoluímos; amadurecemos, mas nem por isso abandonamos a nossa identidade com os movimentos populares.

Outras verdades precisam ser ditas: o projeto da Celesc não é danoso, pernicioso aos interesses dos trabalhadores, não! Essa é uma verdade que precisa ser dita e repetida, porque se tal fosse, os sindicatos da Celesc, que são os sindicatos mais valentes, principalmente a Intercel, teriam parado a empresa e viriam todos para cá. Ai, sim, haveria quase uma batalha campal. Os sindicatos sabiam o que precisava ser feito e o que foi feito - talvez divirjam da alienação dos ativos de geração.

Uma outra verdade precisa ser dita e repetida: o banco que financia o setor produtivo do país - o BNDES, o banco do governo - que generosamente financia as empresas privadas, discrimina de forma odiosa e condenável as empresas públicas, como a Celesc e a Eletrosul e as poucas remanescentes do setor elétrico.

É verdade que precisa ser dita e redita porque o povo precisa entender; o povo não pode receber apenas as meias verdades, se verdades fossem em definitivo.

O Sr. Deputado Wilson Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Pois não!

O Sr. Deputado Wilson Vieira - Também é verdade, deputado, que quem iniciou esse processo de o BNDES não emprestar dinheiro às empresas públicas foi o seu governo, do PSDB, através de Fernando Henrique Cardoso. Aliás, processo esse que teve como objetivo privatizar todas as empresas estatais do Brasil. O objetivo de não financiar projetos de empresas estatais é para facilitar a privatização, para facilitar o sucateamento da empresa. Também é verdade que seu governo não fez nada para a reforma agrária. O governo Lula já fez dez vezes mais do que o seu governo em termos de reforma agrária.

Agora, não faz mais porque a legislação não permite; não faz mais porque seus deputados que estão lá no poder impedem que o governo Lula implante muitas propostas e projetos que ele tenta implementar para o Brasil. Também é verdade que seu governo não empregou sequer um milhão de trabalhadores, mas nós já passamos da casa dos seis milhões. Ainda não atingimos dez milhões, mas vamos chegar lá, com certeza. Também é verdade que tudo o que se tem hoje, em relação ao benefício do sistema financeiro, foi implantado por seu governo, não pelo governo Lula.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Agradeço o aparte de v.exa. É sempre bom dialogar com v. exa.

Com relação à reforma agrária e os seis milhões de empregos, nós temos que comprar uma lupa para localizar os gerados neste governo. Mas também é verdade que começou o processo de privatização no governo passado. Essa é uma verdade com a qual concordo com v.exa. porque eu discordei na época. Mas também é verdade, e precisa ser dita, que o povo quis mudanças, e sonhou e mudou; ele votou para mudar, mas as mudanças não aconteceram. Também é verdade que o sonho está virando pesadelo; que o sonho naufraga, sucumbe nos mensalões da vida e em outras bandalheiras que acontecem no plano nacional.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, o próximo minutos são destinados ao PFL.

(Pausa)

Não havendo representante do PFL para fazer uso da palavra, passaremos para o horário destinado ao PDT.

(Pausa)

Não havendo representante do PDT para fazer uso da palavra, passaremos à Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Afrânio Boppré - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - Com a palavra, pela ordem o deputado Afrânio Boppré.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença aqui no plenário do presidente estadual do Partido Socialista Liberdade, o companheiro Hilário Cherne, e desejar boas-vindas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - Sejam bem-vindos aqui nesta Assembléia Legislativa.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 0034/2005.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do projeto de Lei nº 0327/2005.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Sobre a mesa requerimento de autoria do sr. deputado Wilson Vieira, que solicita, com amparo no art. 180 do Regimento Interno, a retirada de tramitação e posterior arquivamento do Projeto de Lei nº 0418/2005.

A presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sócio-presidente da Retífica Tubaronense, sr. Ângelo Simão Serafim, parabenizando-o pelos 36 anos de instalação da retífica.

A presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Celestino Secco, que solicita o envio de mensagem telegráfica à direção da Rádio Vanguarda FM de Xaxim, cumprimentando a emissora por ter recebido a Certificação de Qualidade ISO 9001.

A presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sr. deputada Odete de Jesus, que solicita a criação de fórum permanente com finalidade de estudo sobre o estatuto do magistério público, dos profissionais da educação do estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria.

Pedido de informação de autoria do sr. deputado Onofre Santo Agostini, a ser enviado ao diretor-geral do Deinfra, solicitando informações sobre a elaboração do projeto técnico que objetiva a abertura da estrada que liga o município de Porto Belo à praia de Perequê.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, apenas para registrar a presença do vereador Preto Vieira, do município de Itapema.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - Seja bem-vindo, nobre vereador.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Afrânio Boppré, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO AFRÂNIO BOPPRÉ - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, quero, na manhã de hoje, fazer referência a um tema que ainda não foi tratado na Assembléia Legislativa e que considero extremamente oportuno repercutir, qual seja, a mobilização feita nos dias 24, 25, 26, 27 e 28 de outubro em Brasília. Estou me referindo à chamada Assembléia Nacional Popular, um movimento que reuniu milhares de ativistas, militantes dos movimentos sociais, para discutir uma pauta de lutas dos movimentos populares no país e também ampliar o grau de organização e estruturação das lutas dos movimentos sociais.

Como resultado dessa Assembléia Nacional Popular, os participantes redigiram uma carta dirigida ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que aqui vou ler.

(Passa a ler)

"Exmo.sr.

Luiz Inácio Lula da Silva
Estimado Presidente,

Estamos aqui em Brasília, milhares de militantes dos Movimentos Sociais, e entre eles, centenas de militantes da Reforma Agrária. Frente às necessidades das famílias acampadas e assentadas e da insatisfação com a sua política de Reforma Agrária, sentimos a necessidade de lhe escrever.

Queremos lembrar nossos acordos, desde 2003. Em novembro daquele ano, quando o governo anunciou o II Plano Nacional de Reforma Agrária, com o assentamento de 400 mil famílias e que dava prioridade às famílias acampadas, bem como a uma nova política de Reforma Agrária, saímos contentes e esperançosos.

O tempo foi passando e nada do governo acelerar a Reforma Agrária. Já estamos há praticamente um ano do final do governo e dificilmente as metas estabelecidas pelo PNRA serão cumpridas. O ministro Miguel Rosseto reconhece publicamente que o governo assentou apenas 117 mil famílias. Há ainda um agravante: 65% destas famílias foram assentadas na chamada Amazônia legal, o que todos sabem se refere muito mais a legalização de terras públicas ocupadas do que propriamente ações que alterem a estrutura fundiária do Brasil.

Para exemplificar a grave situação da política de Reforma Agrária, queremos citar apenas dois casos. No Rio Grande do Sul, foram assentadas menos de 500 famílias em três anos. O governo Olívio Dutra, com todas as restrições impostas pela legislação da época, conseguiu assentar em 4 anos, mais de 8 mil famílias.

No estado do Maranhão, onde há o maior número de famílias sem-terra e de concentração de latifúndios, nos últimos três anos, o Incra não conseguiu assentar nenhuma família do MST. Isso é uma vergonha!

Em maio deste ano realizamos a histórica Marcha Nacional pela Reforma Agrária, de Goiânia a Brasília, graças ao apoio e solidariedade que recebemos da sociedade brasileira. Mobilizamos mais de doze mil militantes que caminharam durante 17 dias.

Na chegada, os ministros não conseguiram dar respostas concretas às demandas que apresentamos desde o início do seu governo. Graças a sua intervenção, acabamos construindo uma agenda de compromissos, baseados em sete pontos.

1. Garantir a meta de assentamentos, conforme o Plano Nacional de Reforma Agrária.

2. Priorizar as famílias acampadas.

3. Recuperar o crédito especial para os assentados, (das 580 famílias assentadas, menos de 15% estão recebendo PRONAF).

4. Reestruturar o Incra.

5. Acelerar a liberação de todos os recursos da Reforma Agrária, ora contingenciados.

6. Normatizar a entrega das cestas básicas para as famílias acampadas.

7. Publicar, em semanas, a nova portaria dos índices de produtividade para desapropriações, (segundo o Ministro da Reforma Agrária esta lhe foi entregue no Palácio, no dia 6 de abril desse ano).

Praticamente nenhum desses pontos foi atendido.

Alguns foram de forma parcial e aquém do acordado, como a questão do crédito. Nesta semana, foi publicado o edital do concurso para admissão dos novos servidores do Incra, o que deveria ter sido feito ainda em 2003.

No final de setembro deste ano, voltamos a nos mobilizar em todo o país, nas dependências do Incra, para chamar atenção do seu governo e da sociedade, para o fato de nenhum acordo ter sido cumprido.

O senhor pode ver que temos hoje 140 mil famílias acampadas em todo o país, que enfrentam todo tipo de dificuldades e vêem mais um ano agrícola iniciar, sem que tenham terra para plantar. Para atender essas 140 mil famílias, o Incra nos apresentou uma meta de assentar apenas 15 mil famílias do MST neste ano.

Isso, para nós, é mais um desrespeito aos compromissos assumidos no Plano Nacional de Reforma Agrária. Compromisso assumido também por Vossa Excelência durante a marcha. O não cumprimento desse compromisso é uma afronta ao sofrimento das famílias acampadas e envergonha o seu governo.

Novamente, nos prometeram que até final de outubro será publicada a Portaria com novos índices de produtividade, para desapropriações. Imaginamos o que aconteceria se o governo fosse tão lento para atender aos interesses do agronegócio ou dos bancos?

Essa política caracteriza um desrespeito aos compromissos históricos de seu partido e das promessas de suas campanhas eleitorais. Além disso, representa uma penalização aos trabalhadores e trabalhadoras que se organizam e lutam.

Diante disso, Senhor Presidente, viemos à sua presença para lhe pedir que honre com os compromissos de seu governo, pois não sabemos mais a quem apelar.

Certos de sua compreensão e providências, desde logo agradecemos, atenciosamente, em nome dos militantes do MST, da Via Campesina e de todos os que lutam pela Reforma Agrária.

Brasília - DF, 26 de outubro de 2005.

Do sítio do MST"[sic]

Eu considero essa carta um registro histórico. Fiz questão de trazê-la, porque ela silenciou aqui vários companheiros que sempre lutaram pela reforma agrária e preferiram não dar eco, não dar vazão a esse documento. E eu considero extremamente pertinente a sua repercussão nesta Assembléia Legislativa.

Mas, também, sr. presidente, aqui já discutimos, na parte da manhã, a chamada criminalização dos movimentos sociais. E não é diferente o que vem acontecendo hoje na nossa Universidade Federal. Os estudantes estão em greve desde o dia 30 de agosto de 2005 na Universidade Federal de Santa Catarina. Uma greve que tem uma pauta bastante extensa: visa à abertura da terceira ala do restaurante universitário durante a noite; a revisão da legislação de bolsas, inclusive o aumento da remuneração das bolsas de estudos da universidade federal de R\$ 300,00 para R\$ 330,00 - 10%.

Essa é uma luta associada em defesa da universidade pública e gratuita de qualidade, junto com os professores, técnicos administrativos, que já vieram, inclusive, nesta Casa protestar e tiveram a oportunidade de repercutir a sua pauta de reivindicações aqui desta tribuna.

No entanto, o que nós percebemos é que lá na Universidade Federal, no campus universitário, também há uma situação de truculência na relação entre os militantes estudantis e a própria reitoria.

Por isso o nosso partido, o Partido Socialismo e Liberdade lança um manifesto de apoio incondicional aos estudantes e trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina. Lança uma moção de apoio à luta dos estudantes que tem o seguinte conteúdo.

(Passa a ler)

"1 - Que se adotem as decisões, boas e necessárias, ao imediato atendimento do pleito estudantil que reivindica a ampliação do valor das bolsas de estudo para R\$ 330,00, não só entendida como elemento de suporte ao adequado desempenho acadêmico, mas também como política pública capaz de democratizar o acesso e a permanência na universidade;

2 - Que as demais reivindicações da greve estudantil, já citadas, sejam atendidas;

3 - Que se retirem todas as acusações criminais e administrativas, imputadas a estudantes e servidores que, legitimados pela história, fazem da sua luta política e reivindicatória um instrumento de superação das injustiças e das desigualdades que a ideologia burguesa nega;

4 - Que os estudantes e servidores tenham garantidas suas liberdades de manifestação, organização e expressão, e que não sofram repressão política em virtude destas;

5 - Que a Universidade crie mecanismos de participação e de gestão democrática capazes de compartilhar as atribuições próprias de um centro de produção científica e de socialização de conhecimento com os desafios que se impõem para uma instituição que deseja e precisa promover a superação das relações que reproduzem a sociedade de privilégios mediante o uso equivocado dos mesmos métodos que bem serviram à ditadura."[sic]

Essa, sr. presidente, é uma moção do Partido Socialismo e Liberdade que vai ao encontro dos interesses dos estudantes, técnicos administrativos e professores da nossa Universidade Federal, mas, sobretudo, o partido que se associa à luta da universidade pública e gratuita, em âmbito nacional e à greve que vem ocorrendo também em nosso país.

Por isso, fizemos questão de manifestar também o nosso apoio incondicional à luta dos estudantes, professores e técnicos administrativos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, queria registrar a presença neste plenário do vereador do Partido dos Trabalhadores, Altino Pedron, e também da sua assessoria - srs. Altair e Valdir, que vieram visitar este Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - Sejam bem-vindos as pessoas saudadas pela deputada Ana Paula Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Rogério Mendonça, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, uso a tribuna nesta manhã para falar de um tema que talvez tenha sido o que eu mais tenho utilizado aqui nesta Casa e nesta tribuna.

Não poderia deixar de falar novamente no que aconteceu em relação à duplicação da BR-470.

No último dia 31 de outubro, eu estava na cidade onde moro, em Ituporanga, quando recebi a notícia da morte de seis trabalhadores, todos eles residentes em Ituporanga. Eram trabalhadores que morreram ao se deslocar para o seu local de trabalho; eram trabalhadores que saíram de Ituporanga para Joinville, onde estavam construindo, através da empresa Salver, onde trabalhavam, um grande empreendimento, na verdade o hospital da cidade de Joinville.

E no outro dia, deputada Ana Paula Lima, dia 1º, eu vivi talvez um dos dias mais triste de toda a minha existência. Estavam lá no salão paroquial da igreja de Ituporanga seis corpos sendo velados, e as famílias chorando ao seu redor. Praticamente todos eles eram meus conhecidos, meus amigos, até porque em cidade pequena se conhece todo mundo, e no momento em que recebi a notícia tive que ajudar alguns dos familiares para que eles pudessem buscar parentes e assim por diante.

Faço questão de citar o nome desses trabalhadores que morreram quando se dirigiam para o local de trabalho: Ilson José Reitz, 39 anos; Rogério Longen, 51 anos; Alípio Amarante, 34 anos; Valdir Weiss, 43 anos; Gustavo Butzke, 51 anos e Adonir da Silva, 38 anos.

Fui, assisti e participei da missa de corpo presente, como também fui no cemitério e vi toda aquela tristeza, os familiares se abraçando, muitos deles comigo, porque muitos dos familiares, a grande maioria, são meus amigos e conhecidos. Fiquei a pensar, a meditar: por que, Deus, essas coisas acontecem tão sistematicamente?

Nos últimos 22 meses, na BR-470, houve 4.016 acidentes, sendo que tivemos 2.937 feridos, muitos deles graves, muitos deles impossibilitados de continuarem com o seu trabalho, mutilados, inválidos; tivemos 169 mortes, somadas essas seis pessoas de Ituporanga que morreram no dia 31 de outubro último. Só comparáveis, com certeza, a números e dados das piores guerras que acontecem em todo mundo. E não é só isso, este é o lado mais trágico, é o pior lado do que acontece, mas as coisas também afetam todo o Alto Vale e todas as regiões que precisam utilizar a BR-470.

Segundo dados mais de dez mil empregos, não digo que foram perdidos, mas foram deixados de ganhar nos últimos dez anos, com bilhões de prejuízos para a nossa região.

Eu lembro um grande exemplo e cito-o sistematicamente. Quando era prefeito de Ituporanga, visitei uma grande empresa do estado de São Paulo e convidei o diretor dessa empresa para vir a Santa Catarina, e ele veio. Fui buscá-lo no aeroporto de Navegantes. E no caminho, ao chegar perto da sua Blumenau, deputada Ana Paula Lima, esse diretor me disse: "Prefeito, eu até vou visitar a sua região, o Alto Vale, a sua cidade, mas poderia voltar daqui, porque com essa rodovia é impossível se pensar em um empreendimento e, principalmente, em um empreendimento como esse que nós estamos pensando."

Passou algum tempo, e esse empreendimento acabou sendo instalado ao longo da BR-101, a Cebrace, gerando milhares e milhares de empregos e milhões e milhões de receita para toda aquela região.

A região do Alto Vale do Itajaí é a região de Santa Catarina que menos cresce, considerando todas as outras do estado. A população vem sendo reduzida a cada censo. É verdade que o fim do ciclo da madeira, nos anos 90, foi quem sabe o grande motivador da crise. Mas sabe-se que a riqueza proporcionada pela exploração da madeira poderia ser substituída por outras fontes de renda, por outras fontes de emprego, desde que a região fosse servida por uma rodovia moderna.

É verdade que hoje o projeto de descentralização administrativa promovida por Luiz Henrique da Silveira tem contemplado o Alto Vale. E contemplou o Alto Vale com três secretarias regionais - Rio do Sul, Ituporanga e Ibirama -, que oxigenaram a região e deram até um certo fôlego à economia do Alto Vale. Mas a situação que acontece em relação à BR-470, nós todos que representamos a região temos que continuar incansavelmente falando sobre isso. Tive notícias agora, através da senadora Ideli Salvatti e do deputado Carlito Merss, de que o presidente da República deve assinar uma medida provisória nos próximos dias para contemplar diversas rodovias de Santa Catarina e que R\$ 9.000.000,00 devem beneficiar a BR-470. Ótimo! Mas nós temos que pensar também na duplicação.

Lembro perfeitamente que, há algum tempo, falar em duplicação da BR-470, em concessão, em pedágio, era um pecado mortal. Mas isso hoje está-se aceitando. Então, que seja por pedágio, que seja por concessão, mas temos que imediatamente pensar na duplicação da BR-470; nós temos que iniciar esse processo imediatamente.

Eu li em uma reportagem do jornal ANotícia, sobre aquele grave acidente, que "na hora do acidente o trânsito era intenso na rodovia, que já não suporta o grande fluxo de veículos. A pista molhada, buracos e pequeno estreitamento da pista, numa passagem sobre um riacho, podem ter contribuído para a tragédia".

Nós queremos, sim, que a duplicação ocorra logo. E todos nós temos que formar força, para que nós não levemos na nossa consciência mais mortes, mais acidentes e mais mutilações iguais a que presenciamos, com a morte dessas pessoas, assim como tantas outras que têm acontecido na nossa BR-470.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não, deputada Ana Paula Lima, que também tem sido uma das parlamentares que têm lutado pela duplicação da BR-470.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Muito obrigado, deputado Peninha.

Eu quero me somar a v.exa. e lamentar pelas milhares de pessoas que tiveram ceifadas suas vidas ao longo da BR-470. Mas, deputado Peninha, o problema da BR-470 há muito tempo vem-se alastrando. Foi no governo Paulo Afonso que ela foi estadualizada e depois o governo Esperidião Amin a devolveu para a União. Acontecendo isso, deputado Peninha, essa rodovia já poderia ter sido resolvida, se não houvesse uma pendência no TS da União.

Então, deputado Peninha, hoje à tarde, às 14 horas, mais uma vez a senadora Ideli Salvatti, o deputado Carlito Merss, estarão lá para ver o julgamento dessa empresa que foi lesada, porque foi feito um projeto, e ela está recorrendo e quer o pagamento desse projeto. Por isso, a BR-470 ainda não foi realizada. E a outra medida que foi assinada ontem pelo presidente Lula foi a liberação, sim, desses R\$ 9.000.000,00 para a BR-470. E na próxima quinta-feira estarei na reunião do Fórum Parlamentar Catarinense, com os nossos deputados federais e os nossos senadores, para garantir.

Faço um apelo a v.exa. para que todos os representantes do estado de Santa Catarina façam as emendas necessárias para esse sonho, que não é um sonho meu, que não é um sonho seu, mas que é um sonho de todos os catarinenses. Já foram garantidos R\$ 28 milhões, mas precisamos do desempenho de todos os deputados dos mais diversos partidos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Como presidente da comissão de Transportes penso em, quem sabe ainda neste ano ou no início do ano que vem, realizar uma audiência pública nesta Casa, a fim de discutir essa situação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham aqui no plenário, através da TVAL e da Rádio Digital, quero me disponibilizar, deputado Peninha, porque conheço a luta, conheço a história das tragédias e o pleito antigo da grande comunidade de todo o vale em favor da BR-470.

Coloco-me à disposição de v.exa., deputada Ana Paula Lima, porque é uma luta que tem que ser empreendida por todos nós.

Quanto à BR-101 sul, lentamente, é verdade, a duplicação está acontecendo. Acho que a partir de agora nós precisamos concentrar todas as energias desta Casa na questão da BR-470, que é uma rodovia vital para o crescimento não só da região, mas uma rodovia fundamental para o desenvolvimento de todo o estado.

Agora, com relação ao episódio de ontem, e apartei brevemente o deputado Dentinho, quero dizer que é muita ironia, pois enquanto o governador deslocou quase 200 policiais para guarnecer o plenário, presidiários da penitenciária de Florianópolis estavam fugindo por falta de policiamento. Essa é a justificativa que foi dada na Rádio CBN há pouco, ou seja, faltaram policiais. Por quê? Porque o governador tirou os policiais de lá e mandou para a Assembléia.

Tinha que cuidar da Assembléia, a penitenciária pode deixar, pode soltar bandidos em Florianópolis, porque ele não está muito preocupado com Florianópolis mesmo e já demonstrou isso em várias oportunidades.

O palácio da Agrônômica está bem guarnecido; mandou levantar o muro, mandou colocar cerca elétrica. Ele dorme o seu sono tranquilo. Mesmo com a vizinhança do Fernandinho Beira-Mar - e ele deve ter participado dessa transferência, porque não fala mais -, ele dorme o seu sono tranquilo, porque o palácio da Agrônômica é bem guarnecido. Agora, os cidadãos comuns de Florianópolis é que ficam à mercê dessa falta de segurança.

Não vi mais as estatísticas da criminalidade na Grande Florianópolis, mas a informação que corre oficialmente, deputado Antônio Carlos Vieira, é que já são mais de 200 assassinatos neste ano de 2005. Estamos com os números idênticos àqueles que nos assustavam tanto, outrora, do Rio de Janeiro e de São Paulo. São mais de 200 assassinatos! Estamos chegando a quase um assassinato por dia.

Deputado Lício Silveira, v.exa. que estava aqui lembra que o atual secretário da Segurança, Ronaldo Benedet, transformou a segurança de Santa Catarina no maior palanque e curral eleitoral desse estado. É inédito o que está acontecendo! A política na segurança comandada pelo secretário candidato Ronaldo Benedet é um negócio violento! Ele, que criticava tanto o governo anterior, consegue bater a cada dia recordes de criminalidade e de violência em nosso estado.

Eles não discutem, fazem de conta que o problema não é com eles. Vidas e mais vidas são ceifadas a cada dia por conta do crescimento da violência, não só aqui na Grande Florianópolis, mas por toda Santa Catarina. E o secretário só pensa em buscar votos para ele e para o seu patrão, o governador candidato. É profundamente lamentável o que estamos vivendo.

Por isso, as pesquisas de opinião, sérias, já começam a mostrar cada vez mais o crescimento da rejeição e a queda a cada nova avaliação da candidatura, que eu não acredito que se confirme, do atual governador. Penso que não passa de março para ele desistir dessa candidatura ao governo. Não tenham dúvida disso. Estou avisando faz tempo, e a sociedade catarinense vai confirmar isso daqui a pouco.

Mas o assunto que quero trazer na manhã de hoje é ainda um assunto relacionado a Tubarão, que provocou uma discussão muito acirrada nesta Casa entre eu e outro deputado. Trata-se da situação da Escola de Educação Básica Noé Abat, no município de Tubarão.

Essa escola, onde atuei como professor, encontra-se em situação precária há muito tempo. No dia 7 de abril de 2004, portanto, há mais de um ano e meio, apresentei a Indicação nº 0067/2004, pedindo providências imediatas para a substituição do prédio, alertando de que aquele prédio poderia cair a qualquer momento, provocando uma tragédia. Há mais de um ano e meio foi aprovada essa indicação.

Como passou quase um ano e nada aconteceu, no dia 8 de dezembro de 2004 eu encaminhei a Indicação nº 0225/2004, de novo pedindo a atenção do governo do estado, pedindo pelo amor de Deus que olhassem para aquela escola, porque ela poderia cair em cima de crianças. Mas nada foi feito. Inclusive essa matéria foi publicada no jornal A Crítica: "Deputado denuncia descaso em escola pública". Isso foi em 20 de dezembro de 2004, já mostrando a situação caótica que se encontrava a escola. Nada fizeram. Continuaram só na promessa.

Na semana passada, e essa matéria é do jornal ANotícia, e tenho aqui também a matéria do jornal O Diário do Sul... "A vigilância sanitária interditou a escola porque começou a desabar o teto". Por pouco não ocorre uma tragédia por negligência, por incompetência deste governo, e a escola está interditada e ainda não tem solução. Eles continuam prometendo, deputada Ana Paula Lima, como se estivessem no palanque ainda.

Dizem que vão fazer, que vai acontecer, que o edital vai ser lançado, a carta de intenção do edital, a boa intenção. A festa e a galinhada são feitas, as vacas são churrasqueadas, a cerveja é tomada, o foguete estoura, mas nada da obra. É uma enganação permanente.

Eu falava com o porteiro do meu prédio, agora, pela manhã, e ele disse: "Deputado, mas lá na sua região está acontecendo bastante coisa. Eu vejo naquelas propagandas, naquela Santa Catarina em Ação."

Eu vou sugerir a mudança de nome para Santa Catarina enganação, porque o que eles estão fazendo agora é descentralizar a mentira.

Eles fazem o seguinte, deputada Ana Paula Lima, eles contam para a região de Blumenau que a região de Araranguá é um paraíso, que fizeram tudo lá. Contam para a região de Araranguá que a região de Blumenau ganhou tudo. Então, é a descentralização da mentira. Eles estão mentindo de forma descentralizada. Inventam que fazem numa região e contam para outra. Como fizeram com essa matéria que o deputado Vieirão trouxe ontem.

A propaganda deve ter custado um bom dinheiro do Fundo Social, dizendo que com o dinheiro do Fundo Social são construídas escolas, e aí o pedido de informação do deputado Antônio Carlos Vieira diz que não foi construída nenhuma escola com dinheiro do Fundo Social. Então, é um governo que se profissionalizou na mentira. É o Santa Catarina enganação.

Não acontece nada! Aí eles levam uma carta de intenção de edital e nada acontece. Fica por isso. Fazem a festa, divulgam e o povo, que não conhece a região, acaba acreditando, acaba pensando que é verdade.

Então, é preciso que o governador, se é que será candidato mesmo, renuncie já para cuidar da campanha ou então comece a governar. O mandato está chegando ao fim. É preciso resgatar parte, pelo menos, do que foi prometido para a sociedade catarinense.

Eu li, ontem, no jornal O Estado, uma notícia que seria cômica se não fosse trágica de que num determinado município o governador prometeu R\$ 400 mil do Fundo Social, pagáveis em dez parcelas, a partir de fevereiro do ano que vem, mas que firmou isso do próprio punho, sem convênio, sem nada. Esse é o fim do processo legal na gestão pública, isso não existe! Essa é uma piada, é uma política barata! Esse negócio não pode se sustentar! Será que ele pensa que vai enganar o tempo todo? Será que eles pensam que os princípios de Goebbels, que era o ministro de comunicação de Hitler, vão continuar prevalecendo?

Governador candidato, o povo catarinense é um povo inteligente, não pode ter a sua inteligência subestimada. Contenha essa descentralização da mentira, contenha essa política jamais vista em Santa Catarina e comece a governar definitivamente, antes que o governo acabe.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, a deputada Ana Paula Lima, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. visitantes que nos acompanham através da galeria desta Casa Legislativa, catarinenses que estão nos acompanhando até esta hora, sr. deputado Joares Ponticelli, acho que vai faltar dinheiro para tantas promessas ocorridas no estado de Santa Catarina. Mas esta semana tivemos, nesta Casa, a votação da privatização da Celesc. Espero que não venham mais para este plenário demandas no sentido de querer vender os patrimônios do estado de Santa Catarina.

Mas, sr. presidente, o que me remete a esta tribuna hoje - eu já estava inscrita há muitos dias, mas não consegui falar devido ao grande número de deputados inscritos e também aos debates calorosos que tivemos nesta Casa -, é o seguinte:

(Passa a ler)

"Gostaria de fazer o registro de uma paralisação que as mulheres brasileiras, tenho esperança, ainda poderão fazer um dia, demonstrando organização na busca da igualdade na sociedade.

No último dia 24 de outubro, 90% das islandesas pararam durante 24 horas com todas as suas atividades. Elas não trabalharam, as donas-de-casa não cozinharam e nem cuidaram dos filhos, em protesto pela diferença salarial de 30% que há em relação aos homens naquele país.

Estatísticas divulgadas em 2005 demonstram que no Brasil a diferença percentual média de salário entre homens e mulheres também é de 30%. Ou seja, para ocupação de cargos e funções iguais, salários menores para as mulheres, numa franca discriminação.

Essa luta pela redução das diferenças é mundial. Tenho certeza de que falo em nome das outras duas deputadas que trabalham nesta Casa.

Ainda teremos nosso dia de protesto também no Brasil e quem sabe começamos pelo estado de Santa Catarina.

Aproveitando a oportunidade em que mencionamos a luta mundial das mulheres, quero fazer ainda o registro de uma conquista na Alemanha, que pela primeira vez na história terá uma mulher como chanceler federal. Uma das nações mais ricas do mundo, onde as mulheres conseguiram ter reconhecido seu valor.

Esse é um fato que merece ser comemorado por todas nós, mulheres, de todo o planeta. E por falar em comemoração, na semana passada, estiveram reunidas, em São Paulo, mulheres petistas de 22 estados que acreditam na transformação da sociedade através da organização e da inclusão das bandeiras em políticas públicas através da secretaria Especial da Mulher, criada no governo Lula. Dessas bandeiras, destaco entre as principais o Plano Nacional da Não-Violência contra a Mulher.

E aqui no estado, dessas bandeiras, estamos encaminhando o movimento catarinense de luta por creches públicas, para estender às mulheres o direito ao trabalho. As creches serão o tema de uma audiência pública no dia 21 de novembro nesta Casa. E no dia 25 de novembro outra audiência será realizada sobre a não-violência contra mulheres.

Também quero convidar todos, sr. presidente, para uma audiência pública hoje à tarde, às 14h, sobre a questão da demarcação das terras indígenas do Morro dos Cavalos.

Esse também é um tema que há muitos anos aflige a comunidade Guarani, do Morro dos Cavalos, e que agora está sendo debatido por uma comissão especial integrada por representantes da Funai, do governo estadual, e por representantes dos povos indígenas.

Ainda esta semana, no próximo dia 11, sexta-feira, através da comissão de Saúde, realizaremos uma audiência pública sobre a situação do Hemosc em Santa Catarina.

Convocamos a referida audiência em resposta às denúncias recebidas e que acabaram revelando que há dois anos não são efetuadas as análises de compatibilidade para os transplantes de medula em Santa Catarina. O Hemosc coleta o sangue, mas não efetua as análises. Isso fez com que ficassem represadas cerca de quatro mil amostras de sangue que, por nossa intervenção, estão sendo enviadas para

Curitiba, no Paraná, para que lá seja efetuada a análise dessas amostras de sangue.

Essa será, sem dúvida, uma audiência em que estaremos debatendo um aspecto sério relacionado à saúde dos catarinenses. Contamos, igualmente, com a participação de deputadas e deputados nessa audiência."

Outro problema que eu quero relatar, sr. presidente, que já foi motivo de debate várias vezes nesta Casa, mas quero registrar mais uma vez, é a nossa decepção com o secretário de estado da Segurança, deputado Ronaldo Benedet, que ainda não tomou as providências anunciadas na reunião conjunta entre a comissão de Direitos e Garantias Fundamentais e a comissão de Segurança Pública.

Fizemos uma grande audiência nesta Casa, o secretário veio junto com os responsáveis pela secretaria de Segurança Pública, como também o delegado regional, o sr. Maurício, da cidade de Camboriú, e o comissário da cidade de Itapema, mas nada foi resolvido. Inclusive foi destacado no jornal da Assembléia Legislativa o resultado dessa audiência pública, que diz o seguinte:

(Passa a ler)

"O delegado Renato Hengels, que era o investigador na época do caso do jornalista baleado, volta ao caso do atentado em Itapema."

Vou ler aqui em um trecho, sr. presidente e srs. deputados, o que diz o nosso secretário de segurança pública, deputado Ronaldo Benedet.

(Continua lendo)

"Crime político

Esse não é um crime comum, é um crime constitucional, um crime político e deve ter a atenção que merece, observou o secretário."

O secretário se comprometeu com a família do jornalista, com o jornalista, com diversas associações da cidade de Itapema, associação de moradores, com diversas lideranças daquele município, juntamente com o comissário de polícia do município de Itapema, com o delegado regional, com o delegado Renato Hengels, que o caso iria ser resolvido.

Essa audiência aconteceu no dia 26 de outubro, hoje estamos no dia 10 de novembro e nenhum papel, nenhuma pessoa foi ouvida nem o delegado voltou para o caso e as pessoas do município de Itapema estão indignadas.

Recebi diversas reclamações através de telefone, através de e-mail, foi feita cobrança desses encaminhamentos deliberados nessa audiência pública, mas nada foi feito.

"Crimes em Itapema continuam sem solução

A comunidade de Itapema continua inconformada com a lentidão das investigações e o desfecho dos crimes praticados contra o jornalista Maurício Barth e o incêndio criminoso na sede do Partido dos Trabalhadores.

Os crimes continuam sem solução e a passos de tartaruga. As coisas não andam, não se resolve nada. É um verdadeiro empurra-empurra."

Telefonei para o secretário no dia de ontem, mas ele estava em São Paulo e disse que não tinha conhecimento do andamento dos trabalhos, mas que estaria voltando na noite de ontem e que hoje iríamos conversar a esse respeito.

Peço encarecidamente a todos os funcionários, principalmente ao secretário Ronaldo Benedet, que dêem uma solução para esse caso, pois ele se comprometeu com isso nessa audiência pública.

A associação de moradores pede agilidade no caso Maurício Barth. Diversas associações de moradores do município de Itapema também estão reclamando que nenhuma medida foi tomada pelo secretário de estado da Segurança Pública, do município de Itapema.

Faço, mais uma vez, esse pedido e uma reclamação de que nada está funcionando na secretaria da Segurança Pública do estado de Santa Catarina.

Sr. presidente, se não tivermos nenhuma definição no dia de hoje, esta tribuna vai ser palco de reclamações até serem resolvidos os crimes na cidade de Itapema.

Era isto que tinha a relatar, sr. presidente.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Lício Silveira) - Esta presidência registra a presença, nesta Casa, da Escola Municipal Professora Maria Luiza da Silva, do município de Botuverá, sob o comando do professor Alirio.

Sejam extremamente bem-vindos a esta Casa.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta presidência, de acordo com o art. nº 108, do Regimento Interno, comunica as seguintes matérias destinadas à Ordem do Dia da 88ª sessão ordinária do dia 16 de novembro de 2005:

Discussão e votação em turno único da Mensagem de Veto nº 0110/2005; de origem governamental;

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei nº 0315/2005, de autoria do sr. deputado Antônio Aguiar;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0348/2005, de origem governamental;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0349/2005, de origem governamental;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 0360/2005, de origem governamental;

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0326/2005, de autoria do sr. deputado João Henrique Blasi;

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0375/2005, de autoria do sr. deputado Francisco de Assis;

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 0383/2005, de autoria do sr. deputado Manoel Mota.

Solicitamos à assessoria que distribua a pauta das matérias em condições de figurar nas próximas três sessões.

Esta presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para o dia 16 de novembro, quarta-feira, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 1222, de 17/11/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: de acordo com o art. 154, 157 e 158, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

DESIGNAR os servidores **Neroci da Silva Raupp**, matrícula nº 1756, **Célio Cesar da Silva**, matrícula nº 0844 e **Rosana Pio Silveira**, matrícula nº 1872, todos pertencentes ao Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, para, sob a presidência do primeiro, no prazo de 60 (sessenta) dias, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, destinada a apurar os fatos apontados pela Comissão de Sindicância nº 003/2005, cujo relatório imputa ao servidor **Marcelo Edegar Silva**, matrícula nº 4609, ocupante do cargo de Assessor Operacional de Comunicação, Código PL/AOC-4, lotado na Divisão de Imprensa, infração disciplinar estabelecida no *caput* do art. 135, c/c o art. 137, inciso III, nºs 1 e 2, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina).

Deputado Herneus de Nadal - Presidente, em exercício

Deputado Lício Mauro da Silveira - Secretário

Deputado José Paulo Serafim - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 1223, de 17/11/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: de acordo com o art. 154, 157 e 158, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

DESIGNAR os servidores **Aldo Luiz Garcia**, matrícula nº 1094, **Désio Muller**, matrícula nº 0889 e **Nádia Makhoul Neves**, matrícula nº 1609, todos pertencentes ao Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, para, sob a presidência do primeiro, no prazo de 60 (sessenta) dias, comporem a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, destinada a apurar os fatos apontados pela Comissão de Sindicância nº 003/2005, cujo relatório imputa à servidora **Maria Ivonete Lessa**, matrícula nº 2794, ocupante do cargo de Coordenador de TV, Código PL/DASU-4, lotada na Divisão de Imprensa, infração disciplinar estabelecida no *caput* do art. 135, c/c o art. 137, inciso III, nº 9, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina).

Deputado Herneus de Nadal - Presidente, em exercício

Deputado Lício Mauro da Silveira - Secretário

Deputado José Paulo Serafim - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 1224, de 17/11/2005

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, com supedâneo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85 (Prorrogação - Tratamento de Saúde)

CONCEDER LICENÇA a **JUAREZ SOUZA DA SILVA**, matrícula nº 1971, ocupante do cargo de Técnico de Contabilidade, código PL/ATM/ 8-J, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, por 33 (trinta e três) dias, a partir de 28/10/05.

Deputado Herneus de Nadal - Presidente, em exercício

Deputado Lício Mauro da Silveira - Secretário

Deputado José Paulo Serafim - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO N. 0009/2005

Faço saber que a Assembleia Legislativa, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 48, inciso VIII, da Constituição do Estado, aprovou e eu, Deputado Herneus de Nadal, Presidente em exercício, nos termos do art. 61, do Regimento Interno, promulgo a seguinte Resolução:

Dispõe sobre o auxílio-alimentação aos servidores inativos da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

Art. 1º Fica instituído o auxílio-alimentação a todos os servidores inativos da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

§ 1º O valor do auxílio-alimentação será implementado, gradativamente, em parcelas iguais, num período de dez meses.

§ 2º Os servidores inativos já contemplados com o auxílio-alimentação perceberão a diferença para o novo valor, gradativamente, em parcelas iguais, observando-se o disposto no § 1º deste artigo.

Art. 2º O valor do auxílio-alimentação dos servidores inativos da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina será reajustado na mesma data e no mesmo percentual aplicados aos servidores ativos.

Art. 3º Havendo reajuste do valor do auxílio-alimentação dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina durante o período de implementação do auxílio-alimentação aos servidores inativos, esse reajuste será estendido aos servidores inativos, refletindo automaticamente nas parcelas implementadas e nas pendentes de implementação.

Art. 4º Ficam convalidados os pagamentos do auxílio-alimentação já efetuados aos servidores inativos da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 16 de novembro de 2005

Deputado Herneus de Nadal - Presidente, em exercício

Deputado Lício Mauro da Silveira - 1º Secretário

Deputado Pedro Baldissera - 2º Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

LEI

LEI N. 13.553, de 16 de novembro de 2005

Institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.

Eu, Deputado Herneus de Nadal, Presidente em exercício da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, de acordo com o disposto no art. 54, § 7º da Constituição do Estado, promulgo a presente Lei:

Art. 1º Observado o disposto no art. 25 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, da Constituição do Estado e no *caput* do art. 4º, combinado com o § 1º, do art. 5º, da Lei federal n.

7.661, de 16 de maio de 1988, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro - PNGC, regulamentado pelo Decreto federal n. 5.300, de 7 de dezembro de 2004, esta Lei institui o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro - PEGC, e designa o Poder e respectivos órgãos competentes para a sua elaboração e execução.

Art. 2º Subordinando-se aos princípios normativos gerais, às diretrizes e aos objetivos específicos do PNGC, o PEGC visa a orientar a utilização racional dos recursos naturais da Zona Costeira Estadual, considerada patrimônio nacional na forma do § 4º, do art. 225, da Constituição Federal, intentando propiciar a elevação da qualidade de vida de sua população e a proteção de seus patrimônios natural, histórico, étnico, cultural e paisagístico.

Parágrafo único. Os municípios poderão instituir, por lei, os respectivos Planos Municipais de Gerenciamento Costeiro - PMGC, e designar os órgãos competentes para a sua elaboração e execução, observadas as normas gerais, definições, diretrizes e objetivos específicos do PNGC e do PEGC, este instituído por esta Lei e regulamentado na forma do art. 10.

Art. 3º O PEGC, em consonância com o disposto no PNGC, deverá prever o zoneamento de usos e atividades na Zona Costeira Estadual e priorizar a conservação e incolumidade, dentre outros, dos bens discriminados nos incisos I a III, do art. 3º, da Lei federal n. 7.661, de 1988.

Art. 4º O PEGC será elaborado e, quando necessário, atualizado, pelo Poder Executivo, na instância técnico-administrativa de um Grupo de Coordenação dirigido pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável, cuja composição e forma de atuação serão definidas no decreto regulamentar a que se refere o art. 10.

§ 1º O PEGC será submetido pelo Grupo de Coordenação à avaliação e aprovação da Secretaria de Estado referida no *caput*, ouvido o Conselho Estadual do Meio Ambiente - CONSEMA.

§ 2º O PEGC será executado com a participação dos municípios através dos órgãos executivos e consultivos municipais, integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA.

Art. 5º O PEGC e os PMGC's serão elaborados observando-se as normas, os critérios e os padrões referentes ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente, estabelecidos pelas normas nacionais afins, que contemplem, na forma do disposto no *caput* do art. 5º da Lei federal n. 7.661, de 1988, dentre outros, os seguintes aspectos:

- I - a urbanização;
- II - a ocupação e o uso do solo, do subsolo e das águas;
- III - o parcelamento e o remembramento do solo;
- IV - o sistema viário e o de transporte;
- V - o sistema de produção, transmissão e distribuição de energia;
- VI - a habitação e o saneamento básico;
- VII - o turismo, a recreação e o lazer; e
- VIII - os patrimônios natural, histórico, étnico, cultural e paisagístico.

Parágrafo único. O PEGC e os PMGC's poderão estabelecer normas e diretrizes sobre o uso do solo, do subsolo e das águas, além de limitações à utilização de bens imóveis, prevalecendo sempre os dispositivos de natureza mais restritiva.

Art. 6º O licenciamento para parcelamento e remembramento do solo, e para construções e instalações na Zona Costeira Estadual, deverá observar, além do disposto nesta Lei, o previsto nas demais normas federais, estaduais e municipais afins.

§ 1º A inobservância, mesmo que parcial, das condições de licenciamento dispostas neste artigo será penalizada com interdição, embargo e demolição, sem prejuízo da cominação de outras sanções previstas em lei.

§ 2º Para o licenciamento o órgão competente solicitará ao interessado na obra ou atividade a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental - EIA, e a apresentação do respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, devidamente aprovados na forma da lei.

Art. 7º A degradação dos ecossistemas, do patrimônio e dos recursos naturais da Zona Costeira Estadual implicará ao agente a obrigação de reparar o dano causado e a sua sujeição à penalidade de multa, na forma da normatização estadual afim.

Parágrafo único. As sentenças condenatórias e os acordos judiciais pertinentes à reparação de danos ao meio ambiente, referidos nesta Lei, deverão ser comunicados ao CONSEMA pelo órgão competente do Ministério Público Estadual.

Art. 8º Em atenção ao disposto no art. 8º, da Lei federal n. 7.661, de 1988, os dados e as informações resultantes do monitoramento exercido sob responsabilidade municipal e estadual na Zona Costeira Estadual comporão o Subsistema Gerenciamento Costeiro, integrante do Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente - SINIMA.

Parágrafo único. Os órgãos executivos e consultivos, estaduais e municipais, integrantes do SISNAMA, bem como as universidades e demais instituições culturais, científicas e tecnológicas remeterão ao Subsistema referido no *caput* os dados relativos aos patrimônios natural, histórico, étnico, cultural e paisagístico, à qualidade do meio ambiente e a estudos de impacto ambiental, da Zona Costeira Estadual.

Art. 9º Às praias marítimas, bens públicos de uso comum do povo na forma do disposto no art. 20, IV, da Constituição Federal, aplicam-se as garantias, limitações, regulamentos e definições a que se refere o art. 10 da Lei federal n. 7.661, de 1988.

Art. 10. O Poder Executivo regulamentará a presente Lei, consideradas as prescrições dos arts. 2º, parágrafo único e 4º.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 16 de novembro de 2005

Deputado Herneus de Nadal

Presidente, em exercício

*** X X X ***

OFÍCIO

OFÍCIO Nº 060/05

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
OF.TC/GAP - 16371/2005

Florianópolis, 07 de novembro de 2005

Exmo. Sr.

Deputado JÚLIO CÉSAR GARCIA

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Nesta

Senhor Presidente,

Com meus respeitosos cumprimentos, venho à presença de Vossa Excelência e seus dignos pares para apresentar a essa Augusta Assembléia Legislativa, em conformidade com o disposto no artigo 59 § 4º da Constituição Estadual, art. 112, parágrafo único, da Lei Complementar nº 202, de 15/12/2000 e art. 296 do Regimento Interno deste Tribunal, o Relatório de Atividades do Tribunal de Contas do Estado, relativo ao 3º trimestre de 2005.

Seguem, anexo ao presente, os balancetes dos meses de julho, agosto e setembro, o relatório das diárias atinentes ao período, cópia dos processos licitatórios concluídos no trimestre e o relatório de Auditoria Interna TCE nº 030/2005.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

Conselheiro OTÁVIO GILSON DOS SANTOS

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 09/11/05

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 651, de 17/11/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, tendo em vista os termos do Ofício nº 363/2005, de 17/11/2005, do Deputado Paulo Eccel,

RESOLVE:

Tornar sem efeito as Portarias nºs. 642 e 643, ambas de 10/11/2005.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 652, de 17/11/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, por delegação de competência da Mesa da Assembléia Legislativa, consoante o Ato nº 1074 de 21/06/2005,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **EUDES PAVESI**, matrícula nº 4124, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-05, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/11/05 (Deputado Paulo Eccel).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 653, de 17/11/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, por delegação de competência da Mesa da Assembléia Legislativa, consoante o Ato nº 1074 de 21/06/2005,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,*

NOMEAR **EUDEZ PAVESI**, matrícula nº 4124, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-08, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/11/05 (Deputado Paulo Eccel).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 654, de 17/11/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de conformidade com o art. 154, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

CONSTITUIR Comissão de Sindicância, formada pelos servidores Armando José Müller, matrícula nº 0638; Heloisa Helena Cardoso, matrícula nº 1563 e João Ari dos Santos Dutra, matrícula nº 1943, todos do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, para, sob a presidência do primeiro, no prazo de 30 (trinta) dias, apurar os fatos descritos no requerimento datado do dia 03 de outubro de 2005 (doc. anexo), subscrito pelo Senhor Giancarlo Gianni Bortoluzzi, servidor deste Poder Legislativo.
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 655, de 17/11/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, por delegação de competência da Mesa da Assembléia Legislativa, consoante o Ato nº 1074 de 21/06/2005,

RESOLVE:
EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **CLODOALDO DE MEDEIROS**, matrícula nº 4639, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-09, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 18/11/05 (Deputado Vânio dos Santos).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 656, de 17/11/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, por delegação de competência da Mesa da Assembléia Legislativa, consoante o Ato nº 1074 de 21/06/2005,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,

NOMEAR **IRACI APARECIDA MACHADO**, matrícula nº 4593, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-09, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 18/11/05 (Deputado Vânio dos Santos).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 657, de 17/11/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, por delegação de competência da Mesa da Assembléia Legislativa, consoante o Ato nº 1074 de 21/06/2005,

RESOLVE:
EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **CARLOS VINICIUS LANNES DUERING**, matrícula nº 2607, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-02, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/11/05 (Deputado Vânio dos Santos).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 658, de 17/11/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, por delegação de competência da Mesa da Assembléia Legislativa, consoante o Ato nº 1074 de 21/06/2005,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,*

NOMEAR **CARLOS VINICIUS LANNES DUERING**, matrícula nº 2607, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-01, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/11/05 (Deputado Vânio dos Santos).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 659, de 17/11/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, por delegação de competência da Mesa da Assembléia Legislativa, consoante o Ato nº 1074 de 21/06/2005,

RESOLVE:
EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **FILADELFO DE ALMEIDA GOSCH**, matrícula nº 4547, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-10, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/11/05 (Deputado Vânio dos Santos).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 660, de 17/11/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, por delegação de competência da Mesa da Assembléia Legislativa, consoante o Ato nº 1074 de 21/06/2005,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,*

NOMEAR **FILADELFO DE ALMEIDA GOSCH**, matrícula nº 4547, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-12, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/11/05 (Deputado Vânio dos Santos).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 661, de 17/11/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, por delegação de competência da Mesa da Assembléia Legislativa, consoante o Ato nº 1074 de 21/06/2005,

RESOLVE:
EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ILDEFONSO CARDOSO**, matrícula nº 2692, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-07, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/11/05 (Deputado Vânio dos Santos).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 662, de 17/11/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, por delegação de competência da Mesa da Assembléia Legislativa, consoante o Ato nº 1074 de 21/06/2005,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,*

NOMEAR **ILDEFONSO CARDOSO**, matrícula nº 2692, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-04, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/11/05 (Deputado Vânio dos Santos).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 663, de 17/11/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, por delegação de competência da Mesa da Assembléia Legislativa, consoante o Ato nº 1074 de 21/06/2005,

RESOLVE:
EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **LINETE BRAZ MARTINS**, matrícula nº 2604, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-04, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/11/05 (Deputado Vânio dos Santos).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 664, de 17/11/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, por delegação de competência da Mesa da Assembléia Legislativa, consoante o Ato nº 1074 de 21/06/2005,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,*

NOMEAR **LINETE BRAZ MARTINS**, matrícula nº 2604, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-05, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/11/05 (Deputado Vânio dos Santos).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 665, de 17/11/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, por delegação de competência da Mesa da Assembléia Legislativa, consoante o Ato nº 1074 de 21/06/2005,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, **ROBSON BARBOZA**, matrícula nº 4511, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-04, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/11/05 (Deputado Vânio dos Santos).

Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 666, de 17/11/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, por delegação de competência da Mesa da Assembléia Legislativa, consoante o Ato nº 1074 de 21/06/2005,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,*

NOMEAR **ROBSON BARBOZA**, matrícula nº 4511, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-02, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/11/05 (Deputado Vânio dos Santos).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

PORTARIA Nº 667, de 17/11/2005

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, por delegação de competência da Mesa da Assembléia Legislativa, consoante o Ato nº 1074 de 21/06/2005,

RESOLVE: *nos termos dos artigos 9º e 11, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 015/99 e alterações previstas nas DP's nºs. 039/01 e 016/02,*

NOMEAR, **JAIR FELISBINO**, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAP-12, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 01/11/05 (Deputado Vânio dos Santos).
Nazarildo Tancredo Knabben
Diretor

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 465/05

Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Bananicultores de Corupá

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Bananicultores de Corupá, com sede no Município de Corupá e Foro na Comarca de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Sala das Sessões, em 08 de novembro de 2005.

NILSON GONÇALVES
Deputado Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 16/11/05

JUSTIFICATIVA

A Associação dos Bananicultores de Corupá, é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, que tem por objetivos, dentre outros, representar os associados junto a órgãos públicos e privados no atendimento de suas reivindicações, participar de eventos relacionados a bananicultura para expor, discutir, difundir e defender os interesses da bananicultura do Município de Corupá.

Preenchendo os requisitos previstos na Lei nº 10.436, de 01 de julho de 1997, e ante a evidente utilidade da entidade para a sociedade catarinense, espero contar com a compreensão e o apoio dos Eminentíssimos Colegas Deputados, para a aprovação do presente Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 473/05

Declara de utilidade pública a Associação Anselmo Della Giustina Tramontin, com sede no Município de Braço do Norte.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Anselmo Della Giustina Tramontin, com sede no Município de Braço do Norte.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
Deputado Julio Garcia

Lido no Expediente
Sessão de 17/11/05

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o Projeto de Lei anexo que declara de utilidade pública a Associação Anselmo Della Giustina Tramontin, com sede no Município de Braço do Norte.

Trata-se de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e com duração por tempo indeterminado, fundada em 18 de fevereiro de 1999 e registrada no Registro de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas de Braço do Norte em 10 de agosto de 2004.

A entidade em questão é especializada no tratamento, recuperação e reinserção social de dependentes químicos com a faixa etária de 7 a 18 anos, e promove campanhas educativas, seminários, cursos, pesquisas, proporciona atendimento à criança e ao adolescente e seus familiares, de acordo com programa terapêutico/metodológico adotado por equipe multiprofissional, cumprindo o que propõe o seu Estatuto.

Para dar continuidade a essas dignas ações, com fins não-econômicos, faz-se necessário que a citada Associação seja beneficiada com a Declaração de Utilidade Pública Estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 474/2005

INSTITUI O DIA 16 DE MAIO COMO DATA COMEMORATIVA DO GARI NO ESTADO DE SANTA CATARINA.

Art. 1º - Fica instituído, no Estado de Santa Catarina, o dia do Gari, a ser comemorado, anualmente, no dia 16 de maio.

Art. 2º - Ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente à comemoração deste dia no território Catarinense.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 2005
Onofre Santo Agostini
Deputado Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 17/11/05

JUSTIFICATIVA

Senhores Deputados,

Apresentamos a presente proposição com o intuito de prestar justa homenagem a todas as pessoas que desenvolvem suas atividades na função de "Gari" em todo o território de Santa Catarina, os quais, na sua maioria, sempre deram e dão mostras de que nunca tiveram outra aspiração que não fosse a de cumprir com os seus deveres, tudo em louvor da profissão abraçada.

Não são apenas Garis, acima de tudo são pessoas de bom ânimo, dedicados a limpeza pública, fazem-se amigos que compreendem e auxiliam sem nada exigir. Vencem distâncias, vencem o tempo, ludibriam o sol a poeira e a chuva, buscando sempre o melhor para que o melhor sempre esteja em seu trabalho.

Adiante, estampa-se texto que nos dá a dimensão e as informações históricas acerca dessa importante categoria que, embora de suma relevância para o asseio e higiene de nossas cidades, para muitos, ainda, pouco percebidos são.

História da Limpeza Urbana - Os povos da Antiguidade, enquanto viveram como nômades, não tiveram problemas de canalização de água, instalação de rede de esgoto e remoção de lixo. Roma, cidade fundada em 753 A.C., era dotada de serviço de esgoto e tinha a melhor rede de estradas da época, mas não dispunha de nenhum serviço de limpeza pública. Os romanos costumavam atirar seu lixo em qualquer lugar e já naquela época, os governantes colocavam placas com as inscrições "não jogue lixo aqui". Em Londres, um edital de 1354 publicado na capital, dizia que o lixo deveria ser removido da frente das casas uma vez por semana. Embora várias leis zelassem pelo recolhimento do lixo, o método mais comum na época era a população jogá-lo nos rios.

No ano de 1407, os londrinos foram instruídos a guardar o lixo dentro de casa até ser levado pelo coletor. Esta forma de recolhimento durou cinco séculos sem mudanças. As autoridades, contudo, encontraram dificuldades em manter os regulamentos. Até mesmo o pai de Shakespeare foi punido, flagrado jogando lixo na rua em 1551.

As campanhas de limpeza pública não eram novidade em Paris. Os parisienses, ignorando os apelos governamentais, continuaram a jogar lixo nas ruas. Entre 1506 e 1608, Paris ficou conhecida como a cidade mais suja da Europa. Este problema só começou a ser superado a partir de 1919, quando 300 veículos circulavam na cidade para fazer a coleta. O uso obrigatório da lata de lixo, instituído pelo prefeito Poubelle, levou os franceses a adotarem o nome "poubelle" para as cestas coletoras.

Viena é até hoje conhecida como a cidade mais limpa da Europa, título conquistado desde a época do Império Austro-Húngaro. Por volta de 1340 em Boemia, na antiga Tchecoslováquia, já se estudava a melhor maneira de se limpar uma cidade. Cada cidade, cada país, ao longo da sua história, se defrontou com a problemática do lixo. Cada qual deu sua solução para o problema, de acordo com seu desenvolvimento tecnológico, seus recursos econômicos e a vontade de resolver a questão. No Brasil, aos olhos do Governador Mem de Sá, edificar a cidade em região aquosa, era um problema quase insolúvel que demandava gasto de muito dinheiro, tempo e engenharia.

No Rio do século XVI, dinheiro não se contava em notas de papel, mas em barras de melaço, a forma pela qual a cana de açúcar era beneficiada e exportada para a Europa. Foi exatamente nesta conjuntura, em que predominou o espírito mercantilista - o mínimo de investimento para o máximo de lucro - que o Rio de Janeiro começou a se formar como cidade. Edificada sem método e crescendo ao sabor das circunstâncias, sejam de ordem econômica ou outra ordem do momento, a cidade do Rio se desenvolveu sem preocupações que fossem além do futuro imediato.

Em 1760, a cidade chegava aos 30 mil habitantes. Nesta época, atirava-se lixo por todas as partes. Aqueles residentes próximos ao mar o jogavam na praia e os moradores vizinhos às lagoas, pântanos, ou rios, ali mesmo faziam seus despejos.

E assim cresceu o Rio, num quadro sanitário e de higiene que prenunciava uma crise. A manter-se a defasagem entre o ritmo de crescimento da população, da cidade e da melhoria de sua condição higiênico-sanitária, o século XIX iria assistir trágicas consequências desta crise

Estruturação dos Serviços de Limpeza - A primeira postura da Câmara Municipal referente à limpeza, data de 1830, e curiosamente versava sobre: "limpeza, desempachamento das ruas e praças, providências contra a divagação de loucos, embriagados e animais ferozes e os que podiam incomodar o público". Estas posturas eram basicamente normativas, isto é, definem proibições e estabelecem sanções quanto ao despejo de lixo nas vias públicas. No entanto, mesmo algumas dessas posturas já se traduzem num arremedo do que seriam os serviços de limpeza pública no futuro. Vários outros projetos e tentativas no que tange à limpeza da cidade pedindo concessões são apresentados à Câmara, a maioria deles indeferidos. Aqueles que não foram indeferidos acabaram antes de começar

Aleixo Gary: Uma Revolução na Limpeza Urbana - Uma discreta notícia inserta na Gazeta de Notícias de 11 de outubro de 1876, sobre o novo contratante da limpeza urbana da cidade, deixa antever importantes mudanças na administração e execução do serviço de limpeza urbana. Aleixo Gary, francês de origem, inaugurava uma nova era na história da limpeza pública no Rio, apoiado principalmente em sua eficiência de trabalho.

Em 1885, o governo resolve contratar, provisoriamente, Aleixo Gary para o serviço de limpeza das praias e remoção do lixo da cidade para Ilha de Sapucaia, localizada no bairro chamado Caju. Aproveitando-se das circunstâncias, Gary tentou, com uma proposta, concentrar todo o conjunto de atividades da limpeza - logradouros, remoção do lixo das casas particulares, praias e transporte do lixo para Sapucaia - em suas mãos, isto é, monopolizar o setor.

Mas, sua proposta não teve sucesso, sendo recusada pelo governo. Gary no entanto, se mantém como responsável pelo serviço de limpeza na cidade e remoção de lixo para Sapucaia até 1891, data do término do seu contrato. Nesse mesmo ano, Aleixo Gary se afasta da empresa deixando seu parente, Luciano Gary. No ano seguinte, porém a empresa parece ter sido extinta, pois em documento de 1892, o Ministério da Justiça se dirige ao Prefeito requisitando "O pagamento a Aleixo Gary e Cia de 232.238 contos de réis pelo qual o governo adquiriu o material de extinta empresa de limpeza".

Tão forte foi a atuação desse empresário que os empregados encarregados pela limpeza, os lixeiros, passaram a ser chamados de "garis".

Destarte, Excelências, na ânsia de reconhecer os relevantes serviços prestados por esta briosa e indispensável categoria, solicito-vos a devida acolhida.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 475/05

Declara de Utilidade Pública a Federação Catarinense de Desportos de Cegos e Baixa Visão - FECADESC, de Joinville.

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública a Federação Catarinense de Desportos de Cegos e Baixa Visão - FECADESC, com sede e foro na cidade de Joinville.

Art. 2º - A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 07 de novembro de 2005.

Wilson Vieira - Dentinho
Deputado Estadual - PT

Lido no Expediente

Sessão de 17/11/05

JUSTIFICATIVA

A Federação Catarinense de Desportos de Cegos e Baixa Visão tem por finalidade congregar todas as associações representativas de cegos e baixa visão do estado de Santa Catarina, além de integrar e fortalecer os valores morais, culturais, educacionais e esportivos que fomentem e dignifiquem o ser humano; implantar no âmbito de suas competências, uma política de prática desportiva das pessoas cegas e baixa visão em nosso estado; dirigir o desporto de cegos e baixa visão incentivando e desenvolvendo as modalidades esportivas, além de outras práticas esportivas para cegos e baixa visão a serem implantadas em nosso estado.

A Federação Catarinense de Desportos de Cegos e Baixa Visão promove, apóia e incentiva estudos e pesquisas que obtenham metodologias e mecanismos que favoreçam, incentivem, desenvolvam e ampliem a possibilidade de acesso dos cegos e baixa visão a atividade física, ao aperfeiçoamento, ao treinamento e à prática do esporte; estabelece uma política e desenvolve estratégias de comunicação, visando a divulgação de incentivo e desenvolvimento do desporto de cegos e baixa visão, desenvolve estratégias e políticas de ações que visem a capacitação de recursos humanos, nas áreas técnica e administrativa, através de iniciativas próprias e de parcerias.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 476/05

Declara de Utilidade Pública a Associação Catarinense de Apoio Multiprofissional ao Portador de Necessidades Especiais - ACAMPE, de Joinville.

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública a Associação Catarinense de Apoio Multiprofissional ao Portador de Necessidades Especiais - ACAMPE, com sede e foro na cidade de Joinville.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 07 de novembro de 2005.

Wilson Vieira - Dentinho
Deputado Estadual - PT

Lido no Expediente
Sessão de 17/11/05

JUSTIFICATIVA

A Associação Catarinense de Apoio Multiprofissional ao Portador de Necessidades Especiais - ACAMPE promove a inclusão de pacientes portadores de necessidades especiais na comunidade, mantém parceria com núcleo de assistência, no sentido de suprir possíveis deficiências materiais, técnicas e profissionais, promove atividades sociais para viabilizar recursos visando a reabilitação e integração dos portadores de necessidades especiais. A ACAMPE mantém programas e trabalhos em benefício dos portadores de necessidades especiais visando assegurar-lhes as garantias constitucionais e legais, como transporte, serviço social, saúde entre outros.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 477/05

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL "COOPERATIVA DE CREDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDARIA DE IMARUÍ", DE IMARUÍ.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a Organização Não-governamental COOPERATIVA DE CREDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDARIA DE IMARUÍ - CRESOL IMARUÍ, com sede e foro no município de ImaruÍ.

Art. 2º. À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

GENÉSIO DE SOUZA GOULART - Deputado Estadual
FRANCISCO DE ASSIS - Deputado Estadual

Lido no Expediente
Sessão de 17/11/05

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo assegurar à entidade beneficiada todos os direitos previstos em lei.

A Organização Não-Governamental COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA DE IMARUÍ, fundada em 22 de abril de 2005, com sede e foro na comarca de ImaruÍ, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, que tem entre seus objetivos propiciar, assistência financeira aos associados em suas necessidades pessoais e atividades específicas, com a finalidade de melhoria de condições de vida sua e de sua família, fomentar a produção e a produtividade rural e da pesca artesanal, bem como a sua circulação e industrialização, pretende também desenvolver a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo e associativismo, através da ajuda mútua, da economia sistemática e do uso adequado do crédito.

Pelo acima exposto percebe-se o caráter social das atividades da referida Associação, que, por não ter fins lucrativos, necessita do auxílio do Poder Público para melhor desenvolver e aumentar a abrangência de suas atividades.

Desta forma, espera-se o acolhimento e aprovação do presente projeto pelos senhores Deputados.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 478/05

Institui o "Dia do Cliente" no calendário oficial do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º Fica instituído o "Dia do Cliente" no calendário oficial de eventos do Estado de Santa Catarina..

Parágrafo único. O "Dia do Cliente" será comemorado no dia 15 de setembro de cada ano.

Art. 2º No "Dia do Cliente" as empresas, entidades civis e entes públicos realizarão atividades com a finalidade de qualificar as relações de consumo, realizando eventos e promoções.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,
DIONEI WALTER DA SILVA
Deputado Estadual (PT/SC)

Lido no Expediente
Sessão de 17/11/05

JUSTIFICATIVA

Existem no calendário comercial datas muito importantes, tradicionais, que se revestem em grande volume de negócios, que movimentam a economia e geram milhões de postos de trabalhos. São elas: o Natal, a Páscoa, o Dia das Mães, o Dia dos Pais, dos Namorados, da Criança.

Muito se fala da importância do cliente para a sobrevivência e sucesso de qualquer empreendimento.

Assim o Dia do Cliente seria aquela data comemorada anualmente, em que as empresas, as entidades, os Poderes Públicos e cada profissional fariam homenagens a seus clientes. Um dia para novos anúncios, campanhas publicitárias, promoções, eventos, decorações especiais, brindes e tudo o mais que puder ser feito para reverenciar a figura do cliente.

É o dia de agradecer, de surpreender positivamente o cliente, mostrando o quão importante ele é para nossa organização.

Ademais, pelo fato de empresas, entidades, associações, se imbuírem da idéia de comemorar esta data, certamente estarão gerando novas oportunidades de negócios, estimulando o aperfeiçoamento das relações com os clientes e colaborando com a geração de emprego e renda.

Diante do exposto, solicitamos a Vossas Excelências a aprovação da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 479/05

"Declara de Utilidade Pública o CENTRO CULTURAL NEUE HEIMAT".

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública o Centro Cultural Neue Heimat, com sede e foro no Município e Comarca de Jaraguá do Sul - SC.

Art. 2º - À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões,
DIONEI WALTER DA SILVA
Deputado Estadual - PT/SC.

Lido no Expediente
Sessão de 17/11/05

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei, que ora apresentamos nesta Casa, trata-se de Declarar de Utilidade Pública Estadual o "Centro Cultural Neue Heimat", entidade que tem como sede e foro no Município e Comarca de Jaraguá do Sul - SC.

Entidade da Sociedade Civil, sem finalidade lucrativa, fundada em 29 de janeiro de 1988, com duração indeterminada, e que tem por finalidade resgatar e firmar a identidade cultural da comunidade teuto-brasileira, e proporcionar aos associados e seus dependentes a prática da dança, canto e música, oportunizando o lazer saudável e construtivo

O título de Declaração de Utilidade Pública Estadual, almejado por esta entidade, torna-la-á apta para usufruir dos benefícios concedidos pelo Poder Público Estadual, ampliando desta forma o atendimento a comunidade.

A fim de atender a Lei nº 10.436/97, que dispõe sobre a Declaração de Utilidade Pública Estadual, o presente Projeto de Lei, está instruído com os seguintes documentos:

- Estatuto do Centro Cultural Neue Heimat de Jaraguá do Sul;
 - Certidão de Registro em Cartório do Estatuto da entidade;
 - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica da entidade - CNPJ;
 - Declaração (Atestado) de pleno funcionamento da entidade, emitido por autoridade daquele Município;
 - Atas de Fundação e da posse da diretoria da entidade, em exercício;
 - Relatório circunstanciado, das atividades desenvolvidas pela entidade;
 - Lei Municipal nº 3.251/2002, do Município de Jaraguá do Sul, que Declara de Utilidade Pública Municipal o Centro Cultural.
- Considerando-se o devido atendimento à legislação vigente e a relevância dos serviços prestados pela Entidade junto à comunidade, solicitamos as Exmas Sras. Deputadas e aos Exmos. Srs. Deputados a aprovação desta proposição, elevando a entidade mencionada o título de Utilidade Pública Estadual.

*** X X X ***